



---

# ACTAS

---

## Ata 11

Ao décimo sexto dia do mês de setembro de dois mil e quinze, reuniu-se pelas 21 horas, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Eduardo Vasques de Carvalho, deu início à reunião pelas 21h, estando presentes:

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- António José Rodrigues Moutinho Cardoso (RM)
- Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa Branco Teixeira (RM)
- Filipa Maria Beleza Braga (RM)
- Luís Manuel Moura Grabulho (RM)
- Maria Manuela Nunes Lopes Gonçalves de Brito Amorim (PS)
- Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha (PS)
- Adriana Patrícia Pacheco da Silva (PS)
- Gabriela Loureiro Queirós (PSD)
- Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto (PSD)
- Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PSD)
- Luís Miguel Bonifácio Osório (PSD)
- José Alberto Falcão dos Reis (BE)
- Perfeito de Jesus Monteiro (CDU)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- Marco Régis Lacomblez Leitão (PS) – substituído por Maria Manuela Amorim;
- Ana Luísa Pinto de Sá do Nascimento Castro (RM) – substituída por Filipa Beleza;
- Susana Salbany Constante Pereira (BE) – substituída por José Alberto Reis;
- Carlos Miguel Ginja Barbosa (RM) – substituído por Luís Grabulho;
- Arnaldo Dias de Andrade (RM) – não esteve presente e não se fez substituir;
- Manuel de Jesus Carvalho (PS) - não esteve presente e não se fez substituir;

### **Presenças associativas:**

Associação de Moradores Bairro Pinheiro Torres

Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre

Associação Doentes Renais Norte Portugal



Na ausência do 1º secretário, este foi substituído por Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha (PS).

Na ausência do 2º secretário, este foi substituída por Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso (RM).

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Francisco Eduardo Vasques de Carvalho
- Secretário – Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha
- Secretária – Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso

Período antes da ordem do dia:

**Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia**, colocou a votação a ata 10 de 15 de junho de 2015, a qual foi aprovada por unanimidade.

Período do Público e Associações:

**Avelino Freitas**, não sou recenseado em Lordelo do Ouro e se tiver autorização como não recenseado na Freguesia, mas como representante da comunidade piscatória do Ouro profissional, iria falar sobre esta comunidade piscatória, trava uma luta desde 2012, bastante complicada, a qual começou no anterior executivo e que apesar de pedido de apoio, nunca se deslocou ao local e não nos deu qualquer tipo de apoio, para defender um comunidade que tem mais de 100 anos de existência. Para não demorar muito a Assembleia, passaria a ler documento enviado para esta Junta pelos pescadores, o qual passa a citar: "queríamos manifestar em nome da comunidade piscatória do Ouro, o nosso apreço ao Executivo de Lordelo do Ouro e Massarelos e em particular a Sra Presidente da Junta, Dra. Sofia Maia, do apoio dado a esta comunidade, seja em campo, seja nas áreas burocráticas nas reivindicações dos pescadores junto da APDL. Quero sublinhar que foi muito além do expectável, face a grandes dificuldades que esta comunidade teve que enfrentar e sem este apoio, nunca teríamos alcançado os nossos objetivos. A nossa caminhada foi longa e dura para aqueles que descendem duma comunidade piscatória com mais de 100 anos. Do anterior Executivo nunca tivemos uma palavra de apoio ou qualquer atitude de colaboração. Todo o Executivo deu um grande exemplo de democracia e como se pode estar junto das populações que representa e defender os seus interesses. Aqui fica, um abraço amigo, de todos os pescadores profissionais a todo o Executivo. Recentemente, nós tivemos problemas vários de provocações junto de um proprietário de uma lancha, no próprio dia pelas 20h o Executivo marcou presença no local e tomou uma iniciativa decisiva, que foi reunir aqui mesmo nesta sala, em que estamos, com a autoridade marítima, a APDL e os pescadores. De qualquer maneira, o que ficou decidido nesta reunião, foi da iniciativa da Sra Presidente do Executivo. Foi para nós determinante, porque pela primeira vez a APDL, assumiu a responsabilidade das obras. Nesta mesma reunião, a Presidente da

---

## ACTAS

---

Junta marcou uma reunião com o Advogado da Junta de Freguesia, com quem estive hoje, que manifestou todo o apoio. Esta celeridade de processos, é extraordinariamente importante.

### Inscrição dos partidos políticos:

**Perfeito Monteiro, CDU,** depois de várias chamadas de atenção para a necessária reabilitação do Parque de Estacionamento da Rua João Martins Branco, que durante alguns anos se manteve completamente destruído ao nível do pavimento, provocado pela construção do empreendimento do Sport Club do Porto, sem que o município tivesse alguma iniciativa de fiscalização deste espaço público, facilitando de uma forma clara a vida ao construtor, mas prejudicando seriamente as populações residentes. Felizmente não se registou nenhum acidente grave com a projeção das pedras que se soltavam do pavimento. Não podia Sra Presidente de deixar de fazer uma vez mais um pouco da triste história deste parque de estacionamento, mas aproveitar também, para dizer, que finalmente o município fez aquilo que devia ter feito há muito tempo, independentemente da sua administração. A obra foi executada, concluída certamente com o agrado de todos, mas Sra Presidente, o mesmo não podemos dizer de uma outra obra, que pela proximidade à primeira, era expectável que pudesse também ser realizada. Estamos a falar das ruas interiores do Bairro da Associações de Moradores do Campo Alegre, como bem sabe. Não podemos aceitar, a ideia de que se perdeu uma oportunidade única, tendo em conta a proximidade destes dois locais, já referidos, mas também a presença dos equipamentos e dos materiais escolhidos que seriam exatamente os mesmos. Nunca faltarão aqueles com responsabilidades políticas, que comungam da ideia perversa, só por que se trata de um Bairro Social não deve merecer a atenção da Junta de Freguesia ou Município, isto a acontecer, seria de uma incorreção política premeditada, e inqualificável, lesiva dos interesses e necessidades das populações e dos eleitores em particular, por isso apelamos a Sra Presidente, para que desenvolva todos os esforços e influência política para que esta pequena obra, de fácil execução, seja uma realidade, não deixando degradar mais, preservando aquilo que se deve preservar, disse.

**Casimiro Calisto, CDU,** neste período antes da ordem de trabalhos, eu queria, e sei que isto vai ter desenvolvimentos posteriormente, eu queria por uma tónica muito forte no procedimento que agora se tem para as perguntas efetuadas pelos membros da Assembleia de Freguesia. Mas isso eu penso que virá a seguir, mas de qualquer modo, eu quero desde já manifestar, toda a estranheza da CDU pelo procedimento que se teve porque senão chegamos aqui a uma brilhante conclusão, é que o Executivo se não quer responder aqui, só deve intervir nas alturas, em que há documentos para apresentar, para se discutir e não para informar, como é direito de quem é eleito ter essa informação.

Eu, relativamente a coisas do âmbito da nossa Freguesia, eu queria apelar ao Executivo, para de acordo com a sua influência junto de quem decide a nível do Município, que pensasse numa situação que estranhamente foi modificada no que se refere à circulação do Largo do Ouro, Rua do Aleixo. Não tem cabimento, terem feito o que fizeram. Hoje, quem desce a Rua do Senhor da Boa Morte e chega ao Largo do Ouro, e se quiser vir para a marginal, tem de contornar o resto da Rua do Senhor da Boa Morte e a Rua do Ouro, que neste momento, naquele trecho mais elevado, tem Casas de Fados, tem



restaurantes. É um transtorno, por uma meia dúzia de metros, com visibilidade, que faz todo o sentido seja alterado.

Outra ideia, outra recomendação que eu fazia era que o Executivo procurasse também junto da Câmara, verificar se havia alguma possibilidade, de criar maior visibilidade na Rua de Agramonte, a chegar a Rua de Gonçalo Sampaio. Existe ali um túnel, que não tem qualquer espelho, não se consegue ver, quem é que transita. Portanto acho que toda a gente saía beneficiada se ali houvesse um espelho, para as pessoas conseguirem ver, quem passava.

Outra questão que eu queria recomendar ao Executivo. Existe o infantário da Rua do Estoril, Rua de Âncora. Eu pertenço a uma Associação que tem lá Sede, e uma das coisas que me está a chocar, é o tratamento da zona envolvente do infantário, em termos de jardinagem, aquilo está ao abandono. Eu sinceramente, se a Junta não tem jurisdição, que apele a Câmara, para de vez em quando, mandar lá alguém da jardinagem fazer o que se impõe.

Mais duas coisas, queria que o Executivo, me informasse, penso que vai ser alterado, este modelo de perguntas e respostas relativamente a Creche de Vilar. A Creche de Vilar, penso que está a funcionar este ano, outra vez. Muito bem.

Outra questão, que eu também queria levantar, e penso que a Junta de Freguesia tem um âmbito restrito, mas não sei se poderia mover influências, porque sei, que essa intervenção pode ocorrer junto da Câmara, que é a respeito do IMI. Há Associações de Moradores, que estão a ser confrontadas, com faturas elevadas relativas ao direito de superfície. Eu sei que isto tem legislação própria, mas penso, que é um problema que afeta as Associações de Moradores de Vilar, Campo Alegre, Massarelos, penso que, seria de bom-tom, a Junta tentar, atendendo a sensibilidade que se diz que o novo Executivo tem, camarário, procurar que houvesse isenção destas Associações que se criaram para dar direito a habitação, que é um direito consignado na Constituição e que devia ser a própria sociedade no seu conjunto a promover. Mas existem estes casos concretos.

Em relação a questão que aqui foi levantada dos Pescadores do Ouro, honra seja feito a quem esteve cá antes, pode não ter tido a possibilidade, ter tido vontade de ter ido ter com os pescadores, mas na altura que se levantou, o Executivo de Lordelo, a Junta manifestou a vontade de colaborar. Recordo do Sr. Tártaro que andou a meter-se ao barulho por causa da APDL. Em relação aos pescadores e obviamente que os pescadores estão gratos a toda a atuação do Executivo, eu queria reforçar esse empenho do Executivo, no encontrar de uma solução para aquela comunidade. Eu sou filho daquela comunidade, já andei por contingência várias por outros sítios que tem pescadores, e como agora se aposta muito no turismo, pescadores, turismo, coexistem perfeitamente, não há razão nenhuma para criar estres engulhos a quem vive daquela prática. E uma coisa muito importante que eu queria que ficasse aqui realçado, até em ata, é que neste momento há uma prancha que não tem qualquer condição de segurança, que está a ser utilizada para transporte de passageiros. Eu queria deixar aqui bem realçado, que se acontecer alguma fatalidade, eu quero ver, quem é que se vai sentar no "mocho". O meu aplauso para a Junta, que se tem empenhado, segundo dizem os pescadores, a minha solidariedade com os pescadores, porque não se admite que alguém decida atracar de um lado à tarde, e do outro de manhã, para criar

---

# ACTAS

---

dificuldades de acostagem, a quem vive da pesca, mas lembrar, que mais importante que isso, há uma contradição, as autoridades marítimas aceitaram aquela prancha em determinado período, proibiram logo de seguida e agora de há duas semanas para cá, tem dado carta-branca a quem tem concessão do transporte, para atracar onde quer, dificultando o atraque de quem vive da pesca. Portanto fique realçado, fique registado, porque se houver problemas alguém vai ser responsabilizado. E disse.

**Sofia Maia, Presidente da Junta**, boa noite a todos. Sr. Perfeito, concordo em pleno com a situação que falou sobre as obras do Bairro do Bom Sucesso, aliás nós já fizemos esse pedido, mas contudo, farei com que os serviços façam novamente o pedido, esta semana com conhecimento na Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre.

Sr. Casimiro, acho também completamente pertinente aquela situação do túnel, entre a Senhora da Boa Morte e Bom Sucesso e vamos também fazer um email com vosso conhecimento, para a via pública. Em relação ao Estoril, iremos também tomar as diligências, para ver o que é que se passa e porque é que o jardim não tem estado a ser tratado. A Creche de Vilar, eu penso que já respondi ao Sr. Casimiro, está com a sala de 2 anos a fazer a descontinuidade, da qual prometemos. Em relação aos pescadores, foi abordado e ficou também em ata com a APDL, sobre as situações da prancha sem condições, e daí estar a ser usada outra prancha mas isso também está salvaguardado e está dito em ata entre a APDL e os pescadores.

## Ordem de Trabalhos:

### Ponto 1 - Perguntas e pedido de informação ao Executivo

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, passamos ao ponto um, e este é, um momento para mim, um bocado difícil, este ponto um, por uma razão muito simples. Este ponto um, foi posto por mim, perguntas e pedidos de informações ao executivo, porque em seguimento de todas as perguntas, que os deputados tem colocado ao executivo, as respostas são dúbias. Umhas vezes empurram para a Assembleia, mandam meias respostas e eu julgo que isto, é uma situação que se tem agravado ao longo do tempo e sendo assim, eu julgo que hoje e na sequência disto tudo, que se tem é altura de eu como Presidente tomar uma posição. Antes de dar a palavra aos partidos, vou tomar uma posição, que a tomo em consciência, e só vos quero dizer, que a paciência tem limites, e eu como Presidente da Assembleia de Freguesia, como número dois da lista do Rui Moreira – Porto o Nosso Partido, atingi o meu limite de tolerância para com o Executivo, no que se refere as repetidas faltas de princípio, falta de ética e desrespeito por esta Assembleia, como tem sido evidenciado, nas respostas ou faltas delas, às questões levantadas por alguns Deputados. Este é um dos muitos problemas com que tenho lidado desde o próprio dia da tomada de posse, outros tenho tentado tratar longe da praça pública, como por exemplo, os apontamentos que escrevi depois de juntamente com o Deputado Moutinho Cardoso, ter ouvido Vogais do Executivo e que o próprio Vogal do Executivo, João Moreira da Silva, fez chegar por email ao Coordenador Autárquico da Câmara Municipal do Porto, em março deste ano e do qual me mandou cópia. Dado que até agora quase nada ter mudado, julgo de interesse público e para defesa desta minha atitude, dar-vos conhecimento e mandar anexar esse email a ata desta Assembleia. A estes tópicos, juntou-se a prepotência e o desrespeito, violando mesmo o código de conduta por nós aqui aprovado, assim e porque considero, que o



Executivo não cumpre o programa pelo qual foi eleito, não apresenta contas a moda do Porto, viola constantemente os princípios de transparência e seriedade, não preserva os valores de respeito, não respeita as instituições, nem os Membros desta Assembleia, informo que na qualidade de Presidente da Assembleia de Freguesia e como numero dois da lista Porto o Nosso Partido, retiro a confiança politica a este Executivo, e estando desde, já ciente das consequências, ou mesmo das represálias, que esta atitude me vai acarretar, quero informar, que não estou minimamente preocupado, em manter ou não o lugar de Presidente da Assembleia, pois para servir com lealdade as pessoas que em mim acreditam e votaram para defender o programa Rui Moreira – Porto o Nosso Partido, no qual continuo a acreditar, não preciso de estar em nenhum cargo público. Informo ainda que ao contrário de que este Executivo tem vindo a insinuar em caso algum assumirei o lugar de Presidente do Executivo, preferindo caso necessário convocar eleições antecipadas.

Vou pedir a D. Susana para tirar cópias e distribuir pelos membros da Assembleia

**Vogal, João Moreira da Silva**, não pode divulgar um email privado, Sr. Presidente é um direito, não pode divulgar correspondência privada minha, não pode. Se o fizer, eu vou abandonar esta Assembleia já, eu peço que não seja paga a senha presença. Eu não admito este tipo de prepotências.

**Presidente da Assembleia**, por favor D. Susana, vai tirar fotocópias deste email, que não é enviado pelo João Moreira da Silva, é meu para o Sr. João Moreira da Silva e tem o mesmo texto. Tire dezanove ou vinte fotocópias.

Meus Senhores, tendo disto isto e sem que isto traga qualquer consequência de momento, é uma atitude pura e simplesmente pessoal, dou a palavra a quem queira usar para o ponto número um.

**Gabriela Queiroz, PSD**, eu, colocava a consideração da Assembleia, a interrupção dos trabalhos por dez minutos.

**Sofia Maia, Presidente da Junta**, eu, só quero pedir ao Sr. Presidente ... (Interrompida por vários deputados)

**Perfeito Monteiro, CDU**, com que fundamento se está aqui a pedir a interrupção da Assembleia.

**Gabriela Queiroz, PSD**, eu, julgava que não seria preciso explicar, mas se é preciso explicar, eu acho que aquilo que foi dito nesta Assembleia, e da forma como foi dito, nomeadamente por alguém que se supostamente, também me representa e eu não fui sequer informada disso, obriga a que as pessoas tenham tempo, nomeadamente junto dos seus grupos, para pensar sobre o que aqui aconteceu, acho que a reacção do que aqui aconteceu, tem que ser nesta Assembleia de Freguesia. Eu, pessoalmente, julgo que acompanhada pelo meu grupo, eu preciso de dez minutos para pensar, no que aconteceu aqui. Eu, penso que regimentalmente, posso fazer esse pedido e coloco a consideração da Assembleia.

**Sofia Maia, Presidente da Junta**, eu, da minha parte Sr. Presidente quero pedir o

---

## ACTAS

---

envio integral da ata para procedimentos, que irei fazer num fim desta Assembleia. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, mais alguém queria falar, toda a gente aprova dez minutos. Aprovado por unanimidade.

(Dez Minutos depois)

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, pede para chamar o executivo, porque eu vou começar a Assembleia, meus Senhores, estamos nove deputados em dezanove, mas como faltam dois, são dezassete, nós temos quórum. Infelizmente o executivo e parte do grupo do PS, e do Rui Moreira, não estão presentes, é de boa-fé e boa vontade esperar.

(Quinze minutos depois)

**Presidente da Assembleia**, vamos recomeçar a Assembleia. Alguém se quer inscrever para o ponto 1.

**Casimiro Calisto, CDU**, penso que as pessoas se aperceberam no ponto antes da ordem de trabalhos, que eu fiz uma referência a informações que não nos chegam. Escusado será dizer, que nós somos eleitos numa Assembleia de Freguesia que tem como elemento máximo a Assembleia e o seu Presidente. Obviamente, que existem conflitos, que nós obviamente não nos vamos imiscuir, mas há procedimentos, que nós lamentamos.

Quem esteve cá na Assembleia do dia 15 de junho, percebeu que nós fizemos de um modo pausado, e deliberado, uma serie de perguntas. E as perguntas surgiram porquê? Porque nos chegou, a cada um de nós, a todos os Membros da Assembleia de Freguesia, uma serie de documentação pedida por um elemento da lista do Rui Moreira, e nós, quem teve o trabalho e já se sabe que há gente que não tem esse trabalho, mas quem teve o trabalho de olhar para aquilo, verificou que havia coisas que precisavam de ser melhor esclarecidas. Atenção que eu não estou a chegar ao pormenor de dizer que, houve coisas irregulares, ilegais, estou a dizer que houve coisas que precisavam de ser esclarecidas. Levantamos a questão no dia quinze e fiquei convencidíssimo que não se ia responder aqui, face ao número de perguntas que eram algumas, mas na saída, eu recomendei, e ficou em ata, que o Sr. Presidente encaminhasse devidamente para o Executivo as respostas que não me deram. Apercebi-me, que o Sr. Presidente da Assembleia, conduziu para o Executivo as perguntas ou a gravação áudio, para me ser respondido. E agora, aqui, é que eu acho que há procedimentos que me parecem lamentáveis, porque quebram uma tradição, que havia de máxima transparência, e máxima abertura para as pessoas questionarem, porque é o nosso direito, fomos eleitos, nós não somos pessoas que estamos aqui por favor, nós fomos eleitos.

As respostas que temos recebido, são respostas, que quanto a mim, desrespeitosas à Assembleia, desrespeitosas do Presidente. E se fosse o procedimento correto, fosse aquele que o Executivo aponta, se calhar, como eu já disse no início só estaria aqui, para apresentar algum documento e assistir as votações, porque nós questionamos, naquela data, logo a seguir a Assembleia, o Sr. Presidente encaminhou e o Executivo





começou a usar como estratagemas, responder trinta dias depois, que eu sei que é o que está na Lei. Portanto eu estive aqui no dia 15 de junho, fiz as perguntas, sei que o Sr. Presidente conduziu no dia seguinte para o executivo, e no dia catorze do sete, responderam, portanto um mês depois, responderam com banalidades, ou seja o fundamental, do que eu perguntei, não me foi respondido.

Nesse mesmo dia, voltei a pedir, através do Presidente da Assembleia, que me respondessem. No dia vinte e um do sete, passado uma semana, disseram e o texto, penso que não dignifica uma assembleia ou uma autarquia, porque a forma, eu sinceramente também já nem percebo se as pessoas e estou convencidíssimo que a D. Susana, não teria essa, perdoe-me, ligeireza, de escrever o que lá estava escrito, mas se quiserem até leio o que está lá escrito a dizer que a partir de agora é através de requerimento, porque evita-se situações caluniosas. Tem lá um texto que não parece que seja de bom-tom dirigir-se assim ao Presidente da Assembleia de Freguesia. Portanto, eu fiz um requerimento, claro que fiquei indignado, não é assim que se trata quem está de boa-fé nas coisas, está a perguntar aquilo que é óbvio, porque o dinheiro é de todos, os procedimentos tem de ser acertados para que as coisas corram da melhor maneira e quando se fala em transparência e estar na política de um modo diferente, as pessoas tem que ser e parecer. Fizemos um requerimento no dia quinze do oito, e só passado precisamente um mês é que responderam, e perdoem-me a expressão, responderam conforme lhes deu jeito. Não está correta a resposta, o que dizem não vão ao pormenor que eu pedi, que transparentemente ninguém devia ter dificuldade em apontar, e portanto é uma situação que me desgosta bastante, porque acho que a CDU, sempre esteve aqui, nesta nova União de Freguesias, como esteve na União de Freguesias de Lordelo, sempre com o máximo empenho e o máximo de ética.

Portanto, eu recebi as respostas, e perdoem-me só uma situação que eu vou reportar. Se bem se recordam na Assembleia de quinze de junho, eu levantei aqui a questão do Executivo ter aprovado numa reunião, que se pagasse despesas de saúde a um membro do Executivo, ao Vogal João Moreira da Silva, no valor que pagasse as despesas, o valor não vinha lá discriminado. O que acontece, é que nós questionamos se o ato tinha sido oficial e em que ato é que foi. A resposta que recebemos e que nos parece que foge a verdade, pelo menos pela indignação que eu vi em duas pessoas visadas, diz que este ato oficial foi no dia sete de abril e parece que não foi ato oficial nenhum; foi a apresentação de um livro do Dr. Rui Moreira e diz que se gastou mil e sessenta e sete e diz que está na rubrica 02/010302, foram nas contas aprovadas em 2014. Eu como nesse aspeto sou uma pessoa que não gosto, se falhar porque tenho limitações, mas gosto de ser um bocado cauteloso, fui verificar. E o que acontece, o que pagaram pela situação que ocorreu com o Sr. João Moreira da Silva, não percebo por que carga de água é que foi colocada nas despesas de secretaria, se ele é um membro dos órgãos não deveria ser aí e o valor que dizem que é mil e tal euros está aqui escondido, numa verba de quatro mil e tal.

Outra questão, que nós pedimos, e qualquer pessoa com transparência respondia-nos claramente. Nós perguntamos, quanto é que se gasta, quanto gastou o executivo em 2014 com o Presidente, o Tesoureiro, o Secretário e os Vogais e a resposta que recebemos é ir as contas pois estão lá os titulares órgãos de soberania e membros dos órgãos, quarenta e nove mil e tal. Porque, há uma questão que se levanta, que é a assiduidade, a presença, que quem está de boa-fé, não tem problemas nenhuns em



divulgar. E outra coisa que é uma resposta, que é mal dada, porque nesta rubrica 01/030001 estão titulares dos órgãos da soberania, e membros dos órgãos, está aqui metido, o que também nos pagaram a nós, portanto a discriminação não está feita, não sei se é para ganharem tempo, não sei por é que não se responde com clareza e com transparência. Em relação aos atos oficiais eu gostaria de saber, nós estamos aqui e somos membros da Assembleia, e não sei se nós agora chegando a casa ou indo ao Capa Negra, e daqui a duas horas cair, eu não sei se alguém nos vai pagar essa ocorrência. Nós não pedimos seguro, o Executivo é que achou que devia fazer um seguro para os membros, e em relação a estas coisas, a cirurgia foi num hospital privado, podia ter sido no serviço nacional de saúde, por exemplo. Há decisões que tomaram que não foram corretas, e as pessoas só tinham de dar a mão a palmatória e não haver esta fuga para a frente como está a haver. Tenho dito.

**Sofia Maia, Presidente da Junta,** antes de mais, peço desculpa a quem vem assistir a estas Assembleias, do qual devíamos estar aqui a discutir e a trabalhar em prol de toda a freguesia e não estar com estas situações. Em relação ao Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, eu falei a pouco com os responsáveis do movimento Rui Moreira que me pediram para transmitir, que não pode ser o Senhor a retirar a confiança política, mas sim o movimento Rui Moreira, por isso, terá que ser o movimento Rui Moreira a tirar a confiança política a este Executivo. Confiança política, e executivo, esse do qual fui cabeça de lista, e o Senhor foi número dois, e do qual se não se sente bem neste grupo poderá com certeza, estar com outro grupo. Só quero deixar aqui, que nós não aceitamos, a sua retirada de confiança política, porque quem tem de retirar a confiança política é o movimento encabeçado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto Dr. Rui Moreira.

**Presidente da Assembleia de Freguesia,** quero também responder-lhe, que retirei a confiança política em meu nome pessoal, e como o lugar que ocupo, não tem nada a ver com o movimento, e como é lógico também lhe quero dizer que antes de retirar dei conhecimento ao Dr. Rui Moreira.

**Mário Praça, RM,** boa noite, Sr. Engenheiro, quando eu ouvi aqui pedir a sua palavra pensei que fosse dirigir algumas palavras à ocorrência tida antes, porque começamos logo a entrar na ordem de trabalhos e eu acho que aquilo que se passou aqui foi demasiado grave, para esta Assembleia. Eu acho que não estão reunidas hoje as condições, e peço desculpa a todos que estão aqui presentes, mas é a minha opinião é que, não há condições para se continuar esta Assembleia. As acusações que aqui foram feitas são graves, são para todos meditarmos e todos lembrarmos-nos disto. Não me parece que qualquer votação pudesse ser feita na ordem de trabalhos e não desta forma.

**Presidente da Assembleia de Freguesia,** aqui não há nenhuma votação a fazer, mas não há nenhuma votação.

**Mário Praça, RM,** Sr. Presidente, aquilo que eu ia pedir a todos os Srs Deputados, e pedindo desculpa a todos os presentes, é que se suspendesse esta Assembleia.

**António Moutinho, RM,** as nossas opções, as nossas propostas são exigentes, desculpe eu já tinha pedido a palavra.

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, desculpe já tinha pedido a palavra. Se há erros processuais a responsabilidade é minha.

**António Moutinho, RM**, e espero que não me interrompam. António Moutinho Cardoso, Exmo Sr. Presidente da Mesa, Presidente do Executivo, Executivo, caros Deputados e público em geral. A ordem de trabalhos é bem clara, e foi considerando e tenho o Presidente da Mesa que tem todo o direito de fazer, não queiram distorcer o que aqui foi dito, o Presidente da Mesa retirou a título pessoal a confiança e eu António Moutinho Cardoso, também o faço, também retiro a confiança porque passam-se situações tão graves nesta e Srs eleitos, Srs Deputados, lembrem-se do estatuto dos eleitos locais, lembrem-se do cumprimento da Lei, e quando temos conhecimento de situações muito graves, nós temos que apelar ao interesse público. O nosso silêncio, ou tentativa por via de golpe palaciano, de adiar esta Assembleia, ou como a bocado se assistiu, ao caricato de um grupo parlamentar do PSD pedir para se reunir durante dez minutos, e foi para o exterior reunir-se com membros do executivo, com público em geral, e um dos membros do PSD, dirigiu-se para uma sala, onde outros membros que estava nesta sala, foram para lá. Esta promiscuidade, e porque é que eu retiro a confiança à Presidente do Executivo; na segunda-feira fui convocado aqui para uma reunião, quem é que estava presente, o Dr. Paulo Rios, membro, Deputado da Assembleia da República, candidato as próximas eleições, membro do Conselho de Jurisdição Nacional do PSD, pertence aos órgãos distritais, da qual faz parte, a Secretária Distrital Gabriela Loureiro Queiroz. Esta situação caricata, talvez se revele desta promiscuidade, que nós não sabemos aonde acaba a oposição, e onde começa o grupo vencedor Rui Moreira. Não sabemos, esta promiscuidade, eu fico muito admirado, eu agora li, este texto que faz parte do nosso manifesto: as nossas opções, as nossas propostas são exigentes, e obrigam ao cumprimento daquilo para que nós são princípios fundamentais, o rigor, a transparência na gestão, e a correta e cuidada aplicação dos dinheiros públicos, dinheiros que são de todos nós. Rui Moreira, e mentor de contas a moda do Porto, eu tiro a confiança política à Presidente e ao Executivo mas não retiro a confiança política ao Rui Moreira, e continuo fiel aos princípios que são básicos do nosso programa. Eu, quando vim para a política, foi para exercer o direito de cidadania, de ajudar aqueles que mais necessitam, não para tirar proveito próprio da política para ter um posto de trabalho, uma contratação pública como é o exemplo, mas infelizmente ele ausentou-se, mas todos nós sabemos que ele fez um contrato de prestação de serviços com a Porto Lazer, na área da arquitectura e de engenharia. O Sr. Arquitecto João Moreira da Silva, desculpe eu estou...

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, Sr. Deputado eu acho que estamos a entrar, eu peço desculpa...

**António Moutinho, RM**, eu estou a justificar, eu quando vim para a política não foi para ter como muitos que aqui estão para ter "tachos"...

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, agradecia que não entrasse pelo pessoal

**António Moutinho, RM**, o que eu quero dizer aqui que tenho tido pressões, tenho tido pressões, de inclusive me pressionarem na minha vida particular...tenho tido pressões

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, Sr. Deputado desculpe, agradecia que não

entrasse pela área pessoal.

**António Moutinho, RM,** mas eu tenho sido atacado pessoalmente, mas não me vão demover daquilo que é o rigor das contas públicas, e agora vou passar as questões

**Presidente da Assembleia de Freguesia,** só um instante, e pedia-lhe que interrompe-se, porque dei-lhe a palavra porque já estava inscrito, e eu primeiro queria que as pessoas votassem a posição. (Interrupção do deputado Mário Praça que não se consegue transcrever). Se me dá licença, Sr. Deputado Moutinho Cardoso, à uma proposta para se suspender, e eu pessoalmente discordo, acho, que temos reunido todas as condições, e até porque não há votações, e é um ponto da ordem de trabalhos que é continuação de tudo aquilo que tem sido feito. (Interrupção de Casimiro Calisto que gostava de saber com que fundamento se vai suspender a Assembleia). Meus Senhores eu propunha com ânimos mais calmos, entrássemos efectivamente no ponto um, fossem feitas as perguntas que tinham ficado, que queiram fazer em relação a este ponto

**António Moutinho, RM,** Sr. Presidente, posso agora continuar porque eu tenho perguntas muito objectivas: Exma Sra Presidente da Junta, os contratos de prestação de serviços estão publicados na base.gov.

**Presidente da Assembleia de Freguesia,** peço desculpa, um minuto. (Nova interrupção de Mário Praça) Eu não vejo razão para suspender, mas sim senhor, vou pôr a votação, vamos discutir o assunto. Meus senhores está uma proposta na mesa para se suspender a Assembleia, agradecia sobre isso, por favor, sobre a suspensão da Assembleia.

**José Reis, BE,** sobre o assunto da suspensão, o meu ponto de vista, é que não é necessário suspender, o que é preciso, é que as pessoas daqui para a frente, nestas horas que nos restam assumam, o seu papel. Aquilo que estamos em discussão, este documento que foi entregue, suscita questões partidárias internas, a questão da confiança política, quem retira a confiança a quem, resolvam isso em casa. Não é nosso problema, nem deste publico, portanto os senhores que se entendam retirou, está retirado, a partir daí não queremos discutir este assunto por isso os Senhores que se entendam, não tem que vir para aqui discutir essas questões, depois este documento levanta alguns problemas políticos, que dizem respeito a esta Assembleia e a Freguesia e tem a ver ... (nova interrupção de Mário Praça levantando problema pelo Presidente da Mesa falar do seu lugar..) isso é um formalismo, um pró-forma, tem razão. Neste documento, que foi distribuído, algumas questões que merecem reflexão, podem ser discutidas hoje, ou numa outra Assembleia, que tem a ver com o funcionamento da Junta, é que, se diz que a Junta, é inoperacional, que não reúne, são questões políticas e compete a Assembleia fiscalizar o procedimento da Junta, e portanto essa parte, nomeadamente o que está escrito no ponto dois, três, quatro e cinco são aspectos que podem ser aqui discutidos; depois a aqui neste texto, outras questões, que são questões legais, graves e que têm eventuais responsabilidades criminais, o ponto um quando diz que estão dinheiros públicos indevidos, o ponto seis, quando há bloqueio de sistemático e seletivo de informação, ou seja, violação de correspondência e o ponto sete, quando diz a utilização constante de pessoal da Junta para outras tarefas, isso é peculato mas eu não sou jurista. Portanto, é evidente, que eu com este documento vou entregar isto

ao meu partido, vou falar com os consultores jurídicos, isto meus amigos, foi distribuído, o que é que se faz, vai para o Ministério Público, isto são "tricas" não vale a pena dar seguimento, eu não vou tomar posição sobre isto. Eu acho, que este documento, aqui merece uma discussão mais aprofundada, porque é preciso averiguar a veracidade do que está dito, há questões internas, que são discutidas lá dentro e a outras questões que podemos discutir sobre o funcionamento do executivo, eu proponho, que não seja discutido hoje, e depois outras questões legais, que cada um fará conforme a sua consciência entender, qualquer um poderá pegar neste documento e entregar no Ministério Público, olhe isto foi dito faça o favor de averiguar, não sou eu que vou averiguar porque não sou polícia, nem tenho esse papel o que está dito, está dito e não podemos ignorar. Portanto, a minha opinião, é que devemos seguir com a Assembleia, partindo do princípio que este assunto não deva ser discutido, não há aqui a discutir que seja relevante.

**Perfeito Monteiro, CDU.** Relativamente a esta proposta de suspensão, queria apenas dizer o seguinte. Será da responsabilidade exclusiva do Presidente suspender esta Assembleia. Se de facto a pessoa que fez a proposta quiser recorrer para a Assembleia pode fazê-lo, mas a responsabilidade é sempre do Presidente, se o Presidente entender suspender a Assembleia, pode fazê-lo imediatamente. Agora deixem-me fazer uma sugestão, pelo aquilo que eu estou a ouvir e a apreciar dá-me a sensação que nem o Presidente está satisfeito com aquilo que lhe está a ser proposto, nem os Deputados estão satisfeitos com o Presidente da Assembleia, os Deputados, alguns Deputados. Eu diria que os Deputados que não estão contentes, podem o regimento é claro sobre isso, podem perfeitamente propor a destituição do Presidente, e depois logo se verá, se efectivamente o Presidente continua ou não. Disse. Queria depois continuar.

(Diálogo entre Mário Praça e Perfeito Monteiro)

**Perfeito Monteiro, CDU,** se me permite, apenas um esclarecimento, e se está bem recordado e o Sr. participou na feitura do regimento desta assembleia, naturalmente vai recordar que o Presidente pode ser destituído em qualquer altura sem estar na ordem de trabalhos, apenas farão a proposta à mesa para de facto isso aconteça.

**Presidente da Assembleia de Freguesia,** desde que existam dois terços, são as posições normais. Mais algum partido se quer pronunciar.

**Gabriela Queiroz, PSD,** eu entendo, que não há e é uma avaliação pessoal condições para continuar esta Assembleia de Freguesia, e vou explicar porque. Eu sou membro de pleno direito desta Assembleia de Freguesia, eleita diretamente e nessa qualidade sinto-me e devo-me sentir, representada pelo Sr. Presidente da Mesa. Esse sentimento na minha leitura obrigaria que, nessa qualidade de Presidente da Mesa, esse mesmo sentimento tivesse um sentido de lá para cá, ou seja, eu não aceito enquanto membro desta Assembleia de Freguesia, ser confrontada com aquilo que eu ouvi do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, desta forma, sem aviso, porque das duas uma, ou o que é dito é verdade, e é gravíssimo, que os membros desta Assembleia de Freguesia e nomeadamente os líderes de cada grupo com assento nesta Assembleia de Freguesia, já deviam ter sido informados do que se estava a passar, já deviam ter reunido com o Sr. Presidente da Mesa no sentido de em conjunto se encontrar dentro do quadro de funcionamento dos órgãos, ou dentro do quadro de soluções judiciais, se

for esse o caso, a solução para os problemas. Se não é verdade, escuso-me de fazer qualquer comentário, penso que perceberão porquê. Por outro lado, eu não consigo ter leituras corretas, sobre a declaração do Sr. Presidente da Mesa, que retira a confiança política ao executivo, por uma razão muito simples; o executivo é liderado pela Sra Presidente que foi eleita por sufrágio direto e universal, e que tem uma legitimidade própria. O Sr. Presidente da Mesa, integrou a lista dessa Presidente, eleita por sufrágio direto e universal, e foi eleito ele, nessa qualidade de Presidente da Mesa por todos nós nesta Assembleia de Freguesia, e portanto a qualidade de Presidente da Mesa é uma qualidade com uma legitimidade indireta, que decorre desta Assembleia de Freguesia e é por isso que eu não me sinto capaz de continuar esta Assembleia de Freguesia, nestas condições, porque o inverso é que é o correto, é esta Assembleia de Freguesia que pode retirar a confiança política ao Sr. Presidente, não é confiança política, é confiança enquanto Presidente. Essa avaliação é uma avaliação que eu entendo que tem de fazer, ponderadamente, pausadamente e que obriga desde logo a tentar perceber naquilo que o Sr. Presidente da Mesa disse hoje, nessa qualidade, a todos nós e a quem está a assistir a esta Assembleia de Freguesia, é isso que eu acho, é para isso, que eu acho que é preciso tempo de ponderação, e de perceber o que é que há de verdade naquelas declarações, se são verdade, o que é que foi feito ou o que não foi feito e para podermos agir em conformidade com isso. Continuar esta Assembleia de Freguesia, parece-me estanho no mínimo. Entretanto não sei se em termos regimentais, como é que isto se processa, e apelava a ajuda dos serviços, foram declaradas, em face das duas declarações que foram aqui produzidas, a necessidade de constituir grupos autónomos na Assembleia de Freguesia, uma vez que os dois elementos que se pronunciaram nesse sentido já não integrarão o grupo Rui Moreira- Nosso Partido e portanto eu pedia ao Sr. Presidente da Mesa, que tomasse as diligências necessárias, com vista a recomposição da Assembleia de Freguesia em face dessas declarações.

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, eu queria informar, primeiro que esta atitude e como foi bem explicito, eu continuo a ser defensor do movimento Rui Moreira, por discordar com atitudes tomadas e não me rever nos procedimentos que o executivo tem tomado, é isso, que me faz retirar a minha confiança política nesse executivo. Portanto, não tem nada a ver, pertencer ou não pertencer, ao movimento Rui Moreira.

**António Moutinho, RM**, Sra Deputada Gabriela Queiroz, eu se alguém, responsável vai por um mau caminho eu não tenho que o seguir, eu obedeco a este programa do Rui Moreira, e mantenho-me fiel aos princípios, que aqui estão. Tenho pena que a Sra reaja as situações normais de funcionamento da democracia mais direta e arranje subterfúgios para fazer um impasse nesta Assembleia estamos, a discutir assuntos muito simples, assuntos muitos simples de resposta rápida, como por exemplo, pergunte quantos contratos de prestação serviço estão na base.gov do executivo; eu mantenho-me fiel e o meu movimento é o Rui Moreira, que fique bem entendido.

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, eu peço desculpa, estamo-nos a pronunciar não sobre as perguntas, mas se vamos ou não suspender.

**António Moutinho, RM**, e para suspender, é preciso fazer um requerimento por escrito, é o que está no regulamento.

**Casimiro Calisto, CDU**. Eu penso, que o colega do Bloco de Esquerda fez a síntese

perfeita desta Assembleia. Uma coisa é o executivo, e outra coisa é o Sr. Presidente da Assembleia não confiar no Executivo. O Sr. Presidente da Assembleia, foi eleito numa lista e por toda a Assembleia. Uma coisa é o grupo parlamentar do Rui Moreira, é o do Partido Socialista, nós, é do Bloco e o do PSD. Uma coisa é a Assembleia de Freguesia e outra coisa é a relação do Presidente da Assembleia de Freguesia e o Executivo. Acho que isto é clarinho, as questões aqui levantadas gravíssimas, devem ser conduzidas por quem achar que tem esse poder e encaminhadas, para as autoridades, para depois se esclarecer. O que está aqui, e as pessoas estão a dar uma grande importância, ao que está aqui para se decidir, aqui hoje, não se está para decidir nada. Hoje o executivo mais uma vez meteu "água", pôs um segundo ponto, a pedir autorização para um balcão do cidadão, espaço do cidadão que não apresentou contrato administrativo ou de delegação de competências. Se estão a falhar, o problema é do executivo, que não tem organização, para fazer as coisas direitinhas, para as Assembleias. Relativamente ao que está em causa, é um conflito entre uma ou duas pessoas, que se querem demarcar, e isso resolvam noutra instância e não aqui.

**Manuela Amorim, PS**, estou numa situação extremamente delicada, para além de estar atónica e estupefacta. Eu, como sabem, não sou efetiva nesta Assembleia de Freguesia, venho aqui quando em vez em substituição de um dos elementos que mais uma vez me pediu para eu o vir substituir, e teve a gentileza bem como a D. Susana de me enviar um e-mail, que continha todos os assuntos que iam ser tratados nesta Assembleia. Acontece, que nenhum dos itens se referia a uma coisa tão grave, como aqui aconteceu, ora, não estando eu permanentemente nesta Assembleia, não sinto com nenhuma autoridade para dizer quem tem, ou não tem, razão. No entanto, diz-me a idade que nestas coisas, a prudência deve estar sempre a frente, e se me permitem e sem querer julgar ninguém, eu poderei dizer que o Sr. Presidente da Assembleia por quem tenho o máximo respeito, se precipitou, talvez na maneira, sobretudo exaltada, tão inesperada, como resolveu realmente interromper, e dizer o que disse. Se me perguntar, se eu me sinto bem para continuar nesta Assembleia, eu dir-lhe-ei com toda a franqueza, que por mim eu suspenderia a Assembleia, esta é a minha opinião. Eu tenho aqui comigo, falta hoje um camarada, que como o Sr. Presidente fez o favor de informar que está na urgência do hospital, sei que o meu camarada Artur que faz parte do executivo, tem estado ausente, eu não tenho obtido qualquer tipo de informação e a única coisa que vos posso dizer, é que sejam prudentes, lavar roupa suja tem sempre tantos inconvenientes, nós somos todos adultos, vamos ver se somos capazes de remediar a situação, caso não sejamos, sejamos corretos uns para com os outros. É a única coisa que vos posso dizer.

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, deixe-me por favor, primeiro acabar este ponto. Eu peço desculpa eu já dei a voz a todos os partidos, vou por o requerimento a votação. Numa altura destas, está a Assembleia a decorrer, não é que eu tenha problema nenhum em aceitar esse requerimento. Alguém se importa que após esta votação, mesmo que se concorde em encerrar, desculpe Sr. Deputado, que a Sra Presidente leia e entregue para ata.

**António Moutinho, RM**, o requerimento é votado de imediato.

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, peço desculpa Sr. Deputado, Srs. Deputados por favor. Sra Presidente peço por favor.

(Discussão entre vários deputados e Executivo)

**Sofia Maia, Presidente da Junta**, o Sr. João Moreira da Silva, membro do executivo, devido a situação que se passou aqui, em relação a um e-mail enviado para alguns membros desta Assembleia, pediu-me para ler este documento e para ficar em ata, por favor. Passo a citar: face ao anunciado, propósito pelo Sr. Presidente da Mesa de pretender divulgar correspondência eletrónica pessoal, e por mim enviada, atitude só compreensível numa ótica de ataque pessoal, e guerrilha política, devo dizer e deixar claro, que a correspondência eletrónica tem a mesma proteção jurídica do que qualquer tipo de correspondência. A divulgação de correspondência de carácter pessoal, como é o caso do e-mail pretendido divulgar, sem autorização, e contra a vontade do autor da correspondência, constitui crime de devassa de correspondência e está sujeito a tutela penal, assim, e não estando em causa o teor da correspondência, mas os instintos de quem a quer divulgar, e a tutela dos meus direitos protegidos por tutela constitucional, e penal, venho deixar claro, que não só não autorizo a divulgação de qualquer correspondência por mim expedida, mas também de imediato apresentarei competente procedimento criminal contra todas as pessoas responsáveis, como autores e como cúmplices, que divulgarem ou de qualquer forma promoverem, aceitarem, ou se conformarem com a prática desse crime. João Moreira da Silva.

Entretanto, deixem-me só falar em nome do executivo...

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, não agora deixe-me responder a isso, são casos diferentes. Quero informar, que efectivamente o que foi distribuído não foi um email do João Moreira da Silva, foi um email escrito por mim, e enviado a, portanto não tem qualquer procedimento legal, isso, e por mim, a defesa da honra está feita, estamos perfeitamente a vontade, até porque o email que o Arq. João Moreira da Silva fez é "copy paste" de um email que eu enviei, mas estou perfeitamente descansado, está feita a defesa da honra e a mesa aceita esse requerimento e fica anexo a ata.

**Sofia Maia, Presidente da Junta**, é melhor não entrarmos em pormenores...

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, mas Sra Presidente...

**Sofia Maia, Presidente da Junta**, eu só quero dizer, que isto só fica mal para o movimento, eu só quero dizer, em meu nome e do executivo...

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, pediu a defesa da honra para o João Moreira da Silva e eu agora queria por isto a votação

**Sofia Maia, Presidente da Junta**, só quero dizer que conforme distribuído e em nome do executivo vimos aqui dizer que iremos tomar todas as diligências sobre todas estas situações que nos estão a acusar. Obrigada.

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, vou colocar este requerimento a votação. Requerimento a mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos: Exmo. Sr. Presidente, em função das declarações proferidas pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, que me parecem graves, penso que não estão reunidas as condições para a continuação da Assembleia, porque solicito que seja

votada a suspensão desta Assembleia. Está assinado pelo Senhor Mário Praça.

Colocada a votação o requerimento de suspensão da Assembleia:

Favor – 11 (4 PSD, 3 PS, 4 RM)

Contra –3 (3 RM)

Abstenções – 3 (1 BE, 2 CDU)

**António Moutinho, RM**, eu quero só fazer uma declaração de voto.

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, fazia só a declaração de voto, para dar como encerrada esta Assembleia porque foi aprovada.

**António Moutinho, RM**, é de lamentar a suspensão dos trabalhos desta Assembleia, mas a verdade, é como o azeite, há-de vir ao de cima. As questões que iam ser discutidas, que eram muito simples e não vejo o pudor para não se discutirem, mas de qualquer forma, vamos solicitar esta ata, porque vai também ser entregue ao Ministério Público.

**Presidente da Assembleia de Freguesia**, vamos marcar desde já a continuação desta Assembleia, agradeço que se pronunciassem, senão eu marco já de imediato. Meus Senhores, esta reunião continua amanhã, a esta hora. Desculpe em todas as convocatórias se virem o texto, se a Assembleia não terminar, continua no dia seguinte, vinte e quatro horas. Na convocatória, repare uma coisa, isto está na convocatória. Pronto não querem amanhã, desculpem eu estou a cumprir o que está na convocatória, por isso é que estou a por a votação e a combinar com todos os deputados a situação. Meus Senhores, suspendemos até a próxima semana? De hoje a oito? Meus Senhores, está toda a gente de acordo? Não preciso de mandar convocatória? D. Susana, por favor, segunda-feira manda uma mensagem a todos os Deputados a dizer que a continuação desta Assembleia...

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na integra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

**Ata 11 – continuação**

Ao vigésimo terceiro dia do mês de setembro de dois mil e quinze, reuniu-se pelas 21 horas, a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sitas à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia deu início a continuação da Assembleia do décimo sexto dia do mês de setembro e começou por fazer a chamada, estando presentes:

- Ana Luísa Pinto de Sá do Nascimento Castro (RM)
- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- António José Rodrigues Moutinho Cardoso (RM)
- Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa Branco Teixeira (RM)
- Luís Manuel Moura Grabulho (RM)
- Arnaldo Dias de Andrade (RM)
- Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha (PS)
- Maria Manuela Nunes Lopes Gonçalves de Brito Amorim (PS)
- Adriana Patrícia Pacheco da Silva (PS)
- Manuel de Jesus Carvalho (PS)
- Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto (PSD)
- Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PSD)
- Luís Miguel Bonifácio Osório (PSD)
- Perfeito de Jesus Monteiro (CDU)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- José Alberto Falcão dos Reis (BE)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- Marco Régis Lacomblez Leitão (PS) – substituído por Maria Manuela Amorim;
- Susana Salbany Constante Pereira (BE) – substituída por José Alberto Reis;
- Carlos Miguel Ginja Barbosa (RM) – substituído por Luís Grabulho;
- Gabriela Loureiro Queirós (RM) – não esteve presente e não se fez substituir;

**Presenças associativas:**

Associação de Moradores Bairro Pinheiro Torres  
Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre  
Associação Doentes Renais Norte Portugal

Na ausência do 1º secretário, este foi substituído por Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha (PS).

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Francisco Eduardo Vasques de Carvalho
- Secretário – Jorge Raul da Purificação Rodrigues da Cunha
- Secretária – Ana Luísa Pinto de Sá do Nascimento Castro

**Presidente da Assembleia,** vou dar inicio a sessão, no ponto em que estávamos, ponto um – perguntas e pedidos de informações ao executivo. Neste momento vou dar continuação a Assembleia, pois foi interrompida, quando estávamos no ponto numero um. Neste momento, vou dar a palavras aos deputados, e depois, quando for a vez do executivo responder, responde ou intervém. Quem quer usar da palavra em termos de executivo?

**Mário Praça, RM,** Sr. Presidente, antes de mais, nada não posso deixar de dar umas palavras sobre isto. Houve um pedido de interrupção desta Assembleia por mim, porque não estavam reunidas, face as acusações que aqui foram feitas. Por isso, sempre que nesta Assembleia, alguém pediu para defesa da honra, ??? de qualquer acusação, ela foi feita de seguida. O Sr. Presidente tem direito, se quiser a alterar essa forma de estar, mas isto foi o que sempre foi feito até agora, eu não quero aqui influenciar as suas decisões. Em relação ao ponto, eu pedi a suspensão, porque entendi, que não estavam reunidas as condições, face a gravidade das acusações, que aqui foram feitas, e por isso, acho que foi um momento para todos refletirmos e pensarmos um pouco, naquilo tudo que se passou. Acho que foi dito aqui, por todos e a algumas pessoas, que vão levar este ponto, para ações jurídicas, e fazer queixa ao Ministério Público, e a minha decisão do grupo parlamentar, que presidio, foi então, que se veja essas acusações, e que sejam em local próprio discutidas. Relativamente a outra posição, é que nós mantemos, a defesa desta Junta de Freguesia e do Executivo.

**Presidente da Assembleia,** foi pedido efetivamente a suspensão da última Assembleia, que foi concedida, que cada um de livre vontade pudesse pensar, neste momento, estamos a dar continuidade a uma Assembleia que foi interrompida, neste ponto, e é neste ponto que temos prosseguir, é a Lei. Desculpe, primeiro já estive a falar, disse que ia falar do ponto e não falou. Depois as pessoas usarão ou não, enquanto for respondido, se for caso disso, a Sra Presidente usará e dirá aquilo que quiser em relação aos pontos que estamos a intervir. Estamos a discutir o ponto da ordem de trabalhos, ponto número um. (Mário Praça ponto de ordem a mesa e pede para ler este ponto em voz alta) Os vogais das Juntas de Freguesia podem intervir no exercício do direito da defesa da honra, muito bem, acho muito bem e na altura, foi neste momento que a Assembleia foi interrompida, não houve mais argumento nenhum que desse direito a defesa da honra. Estamos a começar agora, como é que quer em defesa da honra.

**Mário Praça, RM,** não está a começar, esta a dar continuidade a uma Assembleia...

**Presidente da Assembleia,** se é sobre este ponto pode falar.

**Luís Osório, PSD,** eu só pedi um ponto de ordem, para esclarecer um bocadinho

aquilo que estamos aqui a fazer e o respeito pelas pessoas. Foi interrompida uma Assembleia a pedido do Dr. Mário Praça, por não haver condições para a Assembleia continuar, penso que foi esse que foi invocado...

**Presidente da Assembleia**, deixe-me só dizer, que as pessoas estariam muito nervosas, está na gravação.

**Luís Osório, PSD**, a Assembleia certamente foi interrompida, por não haver condições para continuar...

**Presidente da Assembleia**, meus Senhores, por favor silêncio.

**Luís Osório, PSD**, só para terminar, e sou muito rápido. As pessoas estavam aqui, quer o público quer as pessoas das bancadas, vieram a uma Assembleia e ela foi interrompida por não haver condições face ao que se passou, na última Assembleia. Foi dada uma semana, para as pessoas poderem analisar o que se passou e portanto, eu chego ao dia de hoje, e sinto-me legitimado, porque isto não é uma brincadeira, é uma Assembleia de Freguesia, que os intervenientes naquilo que se passou na semana passada, dêem uma explicação ao público, e as outras pessoas da Assembleia sobre o que é que aconteceu, e se alguma atitude vai ser tomada, alguma consequência vai sair do que aconteceu e a seguir podemos continuar a Assembleia de Freguesia. Agora, não vamos fingir, que nada aconteceu, que afinal, o que aconteceu aqui, não teve problema nenhum, falou-se assim uma coisita, as pessoas estavam nervosas, mas o que é isso das pessoas estarem nervosas?

**Presidente da Assembleia**, desculpe, mas isso foi o argumento, não vamos entrar em diálogo, mas isso foi o argumento que o Sr. Mário Praça...

**Luís Osório, PSD**, eu não estou a entrar em diálogo, eu estou a falar, não estou em diálogo com ninguém, a dizer aquilo, fui interrompido, acho mais que normal que as pessoas todas que estão aqui e que vieram na semana passada, sejam informadas do que é que se esteve a espera esta semana, só isso, e continuamos a discussão, isto é uma Assembleia de Freguesia.

**Presidente da Assembleia**, eu queria só dizer que efectivamente, o Sr. Mário Praça, e ele que não me deixa mentir, pediu a interrupção com o argumento de que as pessoas estariam demasiado nervosas. O Sr. Mário Praça, tudo bem, eu não tenho problema nenhum, absolutamente nenhum sobre nada, aliás como disse na própria intervenção que fiz na última Assembleia, não é isso que me move. Eu estou a dizer o que está no nosso Regimento e o que está é Lei. Foi interrompido neste ponto, houvesse essa ... as pessoas têm o tempo todo, podem marcar uma Assembleia Extraordinária para discutirem isso. Neste momento, estamos a discutir um ponto da Assembleia que foi interrompida a vosso pedido e se bem se lembra no próprio dia houve...

**Mário Praça, RM**, foi a meu pedido e a assembleia aprovou

**Presidente da Assembleia**, exacto, a Assembleia aprovou e no próprio dia houve defesa da honra, a Sra Presidente esteve a falar, e repare uma coisa, não

tenho problema nenhum, não veja isto como uma posição de situação pessoal, estou é pura e simplesmente a cumprir a Lei. Se calhar até aqui tem-se facilitado as coisas, inclusivamente eu, perfeitamente de acordo, agora vamos tratar disto e haverá oportunidade com certeza para se dizer aquilo que se quer.

**Mário Praça, RM,** os fregueses querem ouvir nesta assembleia

**Presidente da Assembleia,** querem, eu sei que sim. Não estamos a criar confusões.

**António Cardoso, RM,** boa noite Senhor Presidente da Mesa, Presidente do Executivo, Caros Deputados, publico em geral, eu estava precisamente a fazer dentro da ordem do ponto um, a fazer uma pergunta ao Executivo quando fui interrompido pelo Sr. Presidente da Mesa para o Deputado Mário Praça apresentar um requerimento. E portanto não continuei a fazer as perguntas, mas tinha feito uma pergunta e numa base de transparência que a Administração Pública tem que ter, para com os cidadãos no gasto dos dinheiros públicos, era uma pergunta que eu ia fazer a Presidente da Junta, nesse dia, dia 16, quantos contratos de prestação de serviços estavam na base de contratos públicos online, no dia 16. Estavam zero, que é muito grave e a legislação em muitos casos quando não é publicado os contratos até obriga os Presidentes a disporem do seu dinheiro para pagar isso. Uma coisa pelo menos já foi boa, constatei que no dia vinte e um e vinte e dois, foram introduzidos na base online, sete contratos no valor de dezassete mil quatrocentos e quarenta e três euros. Portanto alguma coisa já de útil serviu. Eu tenho como direito de Deputado de Freguesia, sou um membro fiscalizador desta, as vezes sou mal compreendido, quando eu passo aqui em frente, como o ano passado a pé ou de carro, que ando a fiscalizar a Sra Presidente, fui acusado disso. Eu detectei que a Junta, o Executivo, tinha estado quarenta e cinco dias sem se reunir, um vazio de poder, uma coisa única, nunca vista, mas isso foi bom porque eu solicitei as atas, e detectei várias irregularidades, das quais muitas já não estão nas minhas mãos, quando uma pessoa deteta possíveis irregularidades, qualquer membro eleito, é a Lei dos Eleitos Locais, tem que denunciar a situação sobre a possibilidade depois vir a ser acusado e fico perplexo que alguns eleitos fechem os olhos, a situações que, estes problemas sociais que vivemos no País, que nós devíamos estar aqui, não a fazer estes tipos de questões, mas devíamos estarmos a preocuparmo-nos com o Bairro do

Aleixo, com as pessoas que tem dificuldades, que passam fome, que tem más condições e estamo-nos a preocupar com assuntos de governancia. Eu, depois entretanto tenho vindo a pedir ao Executivo várias documentações e o executivo tem feito demarches para obstar a informação. Ainda hoje, fui pedir uma coisa, tão simples, e não me deram, não entendo isto e eu não queria alongar-me muito mais, na leitura dos contratos que estão online a aqui um que até podia ter a resposta. Eu na política, tenho visto muita coisa, mas a sobreposição, não se sabe agora aonde começa a oposição e o grupo vencedor eleitoral e como agora temos um fervoroso defensor do nosso partido o Porto que é o Sr. Luís Osório, eu tenho aqui um contrato, aqui na base.gov, na qual ele é funcionário e como é Deputado da nossa Junta de Freguesia, melhor do que ninguém ele poderá esclarecer. Agora eu questionava, a Presidente da Junta, e os outros contratos, só tenho aqui sete,

os outros contratos. Só um a parte, quando eu vejo um mendigo, um sem-abrigo a guiar um Rolls Royce, fico muito suspeito num tratamento de favor. Quando vejo aqui na Junta a fazer um contrato de prestação de serviços com uma das mais caras empresas de advocacia do País, que é aliás espanhola, tem sede na Castellana que é a Garrigues, por setecentos e vinte euros por mês, quando eu sei que eu António Cardoso for lá, só para entrar, é isso que pago quinhentos ou seiscentos euros a hora, eu fico muito admirado, com este tipo de situações e não sei se há outras coisas por trás, mas que é uma sensação muito estranha é. Tenho dito.

**Luís Osório, PSD,** peço desculpa de estar aqui outra vez a incomodar, mas eu não sei se me fizeram uma pergunta ou não, mas não sei se o Sr. Presidente me pode esclarecer da intervenção do Deputado, se daí gerou alguma questão que queira que eu responda; não percebeu.

**Presidente da Assembleia,** não fiquei com essa percepção.

**Luís Osório, PSD,** não ficou com a percepção, não há nenhuma pergunta que me tenha sido dirigida, que queira que eu responda ou esclareça.

**Presidente da Assembleia,** não julgo que não.

**Luís Osório, PSD,** não, pronto. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia,** o executivo, desculpe o executivo fala, se há alguma coisa, a bancada que faça um protesto e é analisado, mas agora vamos acabar este ponto e depois terá oportunidade.

**Casimiro Calisto, CDU.** Eu começaria por dizer que isto é uma Assembleia de Freguesia, e a Junta de Freguesia está cá como convidada. Até aqui, uma das coisas que tem acontecido e quanto a mim bem dentro do espírito de abertura que havia, era falar um vogal, falar a Sra Presidente, falar conforme o Sr. Presidente ía dando a palavra. Neste momento, e acho bem que se defenda a honra, agora o que não se pode cair é no caricato, de se defender a honra, de uma coisa que praticamente não feriu ninguém, principalmente a pessoa visada na última Assembleia. Na última Assembleia, a Sra Presidente veio ler a defesa da honra de um Vogal, que se ausentou da Assembleia e no que me foi distribuído, não vi nada a ferir o Vogal João Moreira da Silva. Em relação a este ponto, perguntas e pedido de informação ao Executivo, eu só queria dizer uma coisa muito clara, já disse isso na última Assembleia, mas vou dizer mais uma vez. Eu vinha habituado, e durante quase dois anos aqui, vinha habituado a toda a abertura a perguntas e a nos responderem. Fiquei extremamente surpreendido na última Assembleia, quando coloquei questões que não me foram respondidas, houve até indicações, de alguém para a D. Susana dizer, que havia considerações inapropriadas e que a partir de agora, tinha de ser tudo através de requerimento. Eu fiz tudo através de requerimento, e os Senhores responderam-me ao que quiseram, se quiser eu leio " incumbe-me a Sra Presidente e de modo a obviar a troca de mails informais com considerações inapropriadas e agradecemos que as questões que os Senhores Membros da Assembleia pretendam ver esclarecidas, depois de já ter sido prestada informação pelo Executivo, sejam apresentadas nos

termos legais aplicadas" isto é pelo requerimento ou seja, mandam isto para o Sr. Presidente da Assembleia, estes recados são agora, e eu digo inapropriados, porque há separação de poderes e ainda bem que o Sr. Presidente, não tem abdicado de certas questões que todos queremos ver esclarecidas. Portanto, o que eu digo é que os Senhores responderam como quiseram, não responderam pela verdade, com verdade e vou ser mais claro nisto. E vou ser claro, por exemplo; eu fiz uma pergunta sobre o Sr. Dr. Luís Osório, perguntei se o Dr. Luís Osório da Lusaenor é o mesmo Dr. Luís Osório que é Membro da nossa Assembleia de Freguesia, eleito pelo PSD. Responderam sim senhora. Eu perguntei em, que data este trabalho de auditoria relativamente a Lordelo começou, e disseram-me que foi em 2008, tudo bem. Disseram se havia algum trabalho adjudicado, disseram-me que sim, e disseram que tinham um contrato em vigor, a um do oito de dois mil e catorze, pelo valor de dois mil setecentos e quarenta e dois. Eu fiquei com a "pulga atrás da orelha" porque ouviu o Sr. Moutinho dizer na base dos contratos públicos não havia nada, havia zero, no dia dezasseis, há uma semana havia zero contratos lá colocados e surpreendidíssimo fiquei, que os senhores responderam-me a catorze de setembro, a catorze de setembro, responderam-me que o contrato que estava em vigor, era o contrato de dois mil e catorze, só que na base.gov, na base que lá está diz que o Sr. Luís Osório, desculpe a Lusaenor, tem mais um contrato, um contrato assinado a dez de setembro, está aqui, a dez de setembro, portanto anterior a resposta que me deram a dizer que não havia mais nada ou a dizer que era o de dois mil e catorze que estava em vigor e que foi publicado no dia vinte e dois de Setembro, ou seja esta semana é que puseram sete contratos, é para dizer que responderam como quiseram, não responderam com verdade.

Outra questão que eu queria também levantar, que tem a ver com uma questão que nós aqui descobrimos que o Sr. João Moreira da Silva, teve um acidente, teve um acidente e a Junta achou numa reunião que lhe tinha de pagar o ato cirúrgico, o internamento, as radiografias e disseram que foi num ato oficial e disseram que nesse ato oficial esteve o Sr. Presidente e o Sr. António Cardoso, só que não foi um ato oficial, mas sim um ato partidário, da apresentação de um livro do Rui Moreira, segundo esses senhores me disseram, portanto andaram a escamotear uma coisa que para mim era ultrapassada se as pessoas falassem com verdade. E mais, colocaram isto numa rubrica, que não tem a ver com os eleitos, puseram numa rubrica que é secretaria/pessoal e segurança social, puseram lá, disseram ou dizem que os mil e sessenta e sete euros que se gastou com o Senhor João Moreira da Silva, estão numa rubrica de quatro mil e tal euros, e eu agora faço aqui a pergunta e não tenho problema nenhum em fazer por requerimento, já que é assim que a burocracia quer, eu quero saber nessa rubrica, quais são as outras parcelas que perfazem os quatro mil e tal euros.

Outra questão, eu pedi e penso que apesar de haver acordos ortográficos, eu penso que todos sabemos o que quer dizer a palavra discriminados, eu disse valores discriminados pagos durante o ano de dois mil e catorze referente a renumeração mensal, despesas de representação, senhas de presença de cada um dos eleitos locais e responderam que estava numa rubrica, quarenta e nove mil e dezanove, que é um valor global. Uma coisa é o valor global e outra coisa é o valor discriminado e neste valor global, até está incluído os mil e seiscentos e tal euros pagos aos Senhores da Assembleia.

Só para terminar, isto é da maior gravidade para mim e oxalá que não haja

maiores desenvolvimentos, eu perguntei, porque sei que houve uma ata do Centro Distrital do Instituto da Segurança Social, em que diz que os protocolos com as pessoas de idade acabavam em trinta e um de dezembro de dois mil e catorze e com a infância terminava em agosto. Eu perguntei mais uma vez, porque nessa ata do Instituto da Segurança Social se diz que a Junta de Freguesia disse que estavam a negociar o acordo de gestão com a Adilo. Portanto já passou mais de um ano, eu não sei por valores que estão em causa e eu pus-me a fazer as contas e os valores que os utentes pagam e se recebe, há um diferencial grande que é a Junta que vai ter de suportar, eu gostaria de saber, se há mais desenvolvimentos, pois já começa a constar e que as pessoas não andam muito seguras, de qual vai ser o caminho dos vinte e nove trabalhadores, não sei quantos estão adstritos a cada actividade, à creche, ao centro de convívio e ao centro social da arrábida, que vão ficar numa situação um bocado titubeante, e eu só quero perguntar, é se como me responderam e agora vou dar o benefício da dúvida, disseram-me que ainda estão em negociações e ainda nada está definido, portanto para já não tenho mais nada a dizer.

**Luís Osório, PSD,** parece que o nome está na moda, e eu vou perguntar novamente ao Sr. Presidente, se ficou alguma pergunta feita ao Sr. Presidente, que queira que eu responda? Eu julgo que não.

**Presidente da Assembleia,** eu julgo que ao Sr. Luís Osório não foi feita nenhuma pergunta.

**Luís Osório, PSD,** alguma dúvida que o Sr. Presidente, enquanto Presidente do plenário tenha em relação a pessoa de Luís Osório, enquanto membro da Assembleia de Freguesia?

**Presidente da Assembleia,** neste momento não tenho.

**Luís Osório, PSD,** não tem nenhuma e aproveito ainda o ponto um e posso fazer uma pergunta ao Executivo?

**Presidente da Assembleia,** pode dentro do ponto um.

**Luís Osório, PSD,** é sobre o ponto um, é claro. Eu queria fazer duas perguntas ao executivo: a Sra Presidente da Junta, queria perguntar em relação as acusações que lhe foram feitas aqui, na primeira parte desta Assembleia de Freguesia, não só ao executivo mas também ao Presidente da Câmara, foram feitas, o que é que nos tem a dizer sobre o assunto; e ao tesoureiro da Junta, ao Dr. Carlos Velez, enquanto a questão foi feita sobre as contas e as dúvidas que foram levantadas, o que é que tem a dizer sobre o assunto. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia,** só quero fazer um esclarecimento Sr. Luis Osorio é que não foi falado, e não foi feita acusação nenhuma ao Sr. Presidente da Camara e o Sr. recebeu a gravação.

**Luís Osório, PSD,** eu, quando ouço dizer que há um elemento deste executivo, deixem-me procurar as palavras certas, que tem avenças e contratos feitos pela Porto Lazer, e sendo a Porto Lazer presidida pelo Dr. Rui Moreira, dois mais dois

são igual a quatro, digo eu.

**Presidente da Assembleia,** as conclusões tira-as o Senhor.

**Luís Osório, PSD,** é uma acusação grave, não sei se é o tempo do público mas a acusação foi feita e portanto, cabe-me a mim questionar, se isso é verdade ou não, mas isto foi dito ou está na gravação. Não foi dito por mim.

**Presidente da Assembleia,** o Senhor faz a interpretação...

**Luís Osório, PSD,** quando um faz a interpretação, que quiser. Muito obrigada.

**António Moutinho, RM,** quero a palavra em defesa da honra.

**Presidente da Junta,** eu estou a espera há mais de meia hora.

**Presidente da Assembleia,** por favor eu pedia silêncio.

**Mário Praça, RM,** o Sr. toma a decisão pessoal ou da mesa e eu gostaria de saber a opinião dos outros colegas da mesa.

**Presidente da Assembleia** desculpe neste momento estamos a discutir um ponto...

**António Moutinho, RM,** posso falar?

**Presidente da Assembleia,** em defesa da honra, sim senhora.

**António Moutinho, RM,** eu acho curioso, que há pessoas que querem defender a honra, quando a sessão começou e não havia nada para defender, mas neste caso acabei de ser acusado, acabei de ser acusado pelo Dr. Luís Osório, que eu insultei o Presidente da Câmara, Rui Moreira. A gravação é clara, eu não vou repetir aquilo que disse, não vale a pena está na gravação e depois vai ser transcrita para a ata, apenas disse que eu ao contrário de outros não tinha nenhum posto de trabalho, e qual é o problema de dizer, há muitos elementos aqui, que também tem postos de trabalhos na Câmara, qual é o problema. Portanto, eu não fiz nenhuma, ao contrário do que diz o Dr. Luis Osorio, não fiz nenhuma acusação ao Dr. Rui Moreira.

**José Reis, BE,** eu penso, que eventualmente a semana de intervalo não foi suficiente, devíamos ter feito quinze dias, ou então talvez reforçar, a medicação para estamos mais calmos. Eu fico contente, porque temos aqui tanta gente honrada, em defesa da honra, honra para cima, honra para a esquerda e o que estranho é que a defesa da honra, tem sido mais uma questão de formalismo, de questões substanciais, ninguém se defendeu substancialmente, ainda não vi a honra de ninguém a ser ofendida, tirando umas picardias... De qualquer maneira e sendo este período perguntas e pedidos de informação, eu gostaria de dizer o seguinte: quando preparei esta Assembleia para a semana passada, recebi um conjunto de emails que recebo sempre através da Junta e de facto estranhei um

pouco o conjunto de pedidos de informação dos colegas da CDU, a Sra Presidente sobre a questão do tratamento médico e do acidente do deputado João Moreira da Silva. Fico contente de ver o Sr. Deputado de boa saúde, porque o email dizia que teve um grave acidente e eu pensei que tinha ficado paráltico, mas pelos vistos, não foi assim tão grave, mas imagino que tenha sido grave, mas está a recuperado e fico contente por isso, porque não desejo mal a ninguém. De qualquer forma, achei aquela troca de emails um bocado confuso e neste momento ainda estou confuso. Queria esclarecer o seguinte, em primeiro lugar, e já aqui foi perguntado qual era o ato oficial, era oficial ou não era oficial, não sei; depois é mesmo supondo que existe um acidente ao serviço da Junta, a minha pergunta óbvia é esta: se o País tem um serviço nacional de saúde, porque é que as pessoas não recorrem ao serviço nacional de saúde; eu devo lembrar que qualquer trabalhador, que queira comprovar a sua situação de doença, tem que obrigatoriamente, qualquer trabalhador por conta de outrem, para comprovar a sua situação de doença, tem de obrigatoriamente recorrer ao serviço nacional de saúde, portanto se algum membro em funções públicas tem qualquer tipo de acidente, ou qualquer tipo de doença profissional, se não estiver coberto pelo seguro de acidentes de trabalho, que a Lei Portuguesa diz, que os seguros de acidente de trabalho não são da competência do serviço nacional de saúde, mas das companhias seguradoras, e as doenças profissionais também, se é o caso as pessoas devem recorrer ao serviço nacional de saúde, se querem recorrer a um serviço privado, eu penso que faz sentido, num recurso a um serviço privado, apenas, e se no local aonde ocorre o fatídico acidente não houver hospitais públicos, com capacidade e competência. Como eu penso, que as coisas ocorreram no Porto, a minha pergunta é: porque é que não foram utilizados os serviços nacionais de saúde. E portanto as pessoas tem a sua opção, não parece que os dinheiros públicos e sem estar a entrar em nenhuma questão sobre o bem-estar das pessoas, que penso está em primeiro lugar, os dinheiros públicos não tem nenhuma obrigação de custear nenhuma despesa em serviços privados. Portanto, eu imagino que pelos emails e pelas verbas que foram referidas que o pagamento teria sido a uma entidade privada e portanto gostaria de ver o assunto esclarecido com toda a tranquilidade e sem nenhuma insinuação ou suspeição, apenas aqui uma questão de ter contas direitas à moda do Porto, como diz; de resto, o vosso mentor, que muito prezo e foi meu colega de liceu e por quem tenho também muita estima pessoal, e portanto contas a moda do Porto, são boas contas.

**Perfeito Monteiro, CDU.** Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, senhores membros do executivo, senhora Presidente da Freguesia. Após a resposta ao requerimento da CDU, de catorze de agosto de dois mil e quinze, pelo executivo merecemos as seguintes considerações: no ponto numero dois confirma-se que o Dr. Luís Osório, agente comercial da Lusaenor é também (eu não sei se posso continuar) parece que dá vontade de rir que o Sr. Luís Osório tenha trabalho e tenha saúde para trabalhar e que de facto continue a fazer os contratos dele, da forma como pode e lhe deixam. Confirma-se que o Dr. Luis Osorio, agente comercial da Lusaenor, é também membro desta Assembleia de Freguesia, eleito nas listas do PSD e foi nesta dupla qualidade que celebrou um contrato de prestação de serviços, com a Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos, em um do oito de dois mil e catorze no valor de dois mil setecentos e

quarenta e dois noventa. Estou-me a referir, de facto, à resposta ao nosso requerimento e que nos foi enviado pela Junta de Freguesia. Parece-nos adequado invocar aqui a ilegalidade deste contrato, quando se trata de um membro desta Assembleia, que inevitavelmente provoca um conflito de interesse entre o Sr. Deputado Luís Osório, enquanto membro desta Assembleia, e a Junta de Freguesia Lordelo do Ouro e Massarelos. Esta situação, já se verificava desde o ano de dois mil e oito, na Junta de Freguesia de Lordelo do Ouro, com um contrato de prestação de serviços de auditoria, onde o deputado Luís Osório, ocupava o lugar de tesoureiro, isto é no nosso entender, o Dr. Luís Osório fazia as contas da Autarquia e simultaneamente fazia a auditoria as contas, às suas próprias contas. Por tudo isto gostaríamos de saber se a Sra Presidente da Freguesia, está disponível para terminar de imediato com o contrato com a Lusaenor, ou se pretende continuar na mesma situação ilegal no nosso entender com este contrato.

Referente ao ponto numero três, ao infeliz acidente de um membro do executivo, Sr. João Moreira da Silva, na Casa Guedes, a inexistência de qualquer ato oficial ocorrido no local supracitado, promovido ou custeado pela Junta de Freguesia, porque nenhuma fatura foi emitida ou paga a tal título, estranhamos que a Sra Presidente e o seu executivo, tenham assumido o pagamento das faturas referentes a este acidente, quando a própria Presidente, tem um documento distribuído e assinado onde assume que este acidente, que ocorreu numa situação que nada tem a ver com algum ato oficial. Por este motivo, entendemos que se praticou mais uma ilegalidade utilizando dinheiros públicos, para situações meramente pessoais. Não nos anima Sra Presidente de voltar a falar do passado mas temos de concluir, que não há nenhuma aprendizagem ou vontade de mudar, quando se continua a proceder da forma mais prejudicial para realizar um trabalho aceitável, em benefício das populações. Disse.

**Presidente da Assembleia**, Sra Presidente, mais um bocadinho e vem depois vem responder e defender a honra, defende a honra de tudo junto.

**Luís Osório, RM**, eu peço desculpa, não queria estar sempre aqui mas realmente gostam de falar do meu nome, e eu penso que agora, no caso do Sr. Perfeito foram ditas algumas coisas que eu terei de esclarecer ou pedir esclarecimento. Permitam-me que diga primeiro que faz agora três meses, a CDU fez uma proposta que eu achei curiosa na altura, de voltarmos a separar as Juntas de Freguesia e eu hoje descobri a primeira razão para lhes dar razão; é que realmente eu tinha uma CDU em Lordelo que não tinha muito a ver com a CDU de Massarelos, portanto, a separação tinha trazido algo de positivo, e se nenhuma razão encontrei até agora dessa separação, agora encontro, porque na altura tinha uma CDU com quem colaborei, que era séria, que era pró-ativa, que votava a favor ou contra em função do pensamento e que não fazia propriamente acusações frívolas, e completamente ridículas, no meu entender, são opiniões e cada um, fica com aquilo que diz e com o que acha. Segundo aspeto queria dizer, que tinha um avô, que tinha sempre uma, trabalhou sempre toda a vida, que tinha sempre uma frase que me ensinou algumas coisas, primeiro, não temos que estar a dizer que somos sérios, quem diz que nós somos sérios são as pessoas com quem nos trabalhamos, quando nós fazemos muita questão, que somos sérios, somos sérios, somos sérios, alguma coisa não está bem e também não

temos de estar sempre a dizer que trabalhamos muito, porque tem de ser as pessoas que estão na sociedade, que trabalham connosco direta ou indiretamente, que no entender dele deviam, para mim não nada mais interessante que serem as pessoas a fazer a avaliação, e eu não preciso de estar permanentemente a dizer eu sou sério, eu sou sério, eu sou sério. Em relação a Lusaenor, é um bocadinho como o treinador do Porto, peço que digam o nome direito, já que falam no nome, Lusaenor, sim é a empresa onde eu trabalho. Queria deixar aqui dois esclarecimentos: em dois mil e oito eu não era tesoureiro da Junta, nem nunca fui, portanto a informação chegou errada ao Sr. Perfeito, estudou mal. Eu era membro da Assembleia de Freguesia eleito, repito não era tesoureiro, não fazia as contas dos dois lados e por outra razão em dois mil e oito eu não estava a trabalhar na Lusaenor, portanto dupla afirmação que estudou mal, outra vez, ou as informações do Partido chegaram-lhe mal. Queria deixar bem claro que em dois mil e oito quando esta Junta de Freguesia, na altura Lordelo celebrou um contrato com um organismo certificador, eu não tinha qualquer tipo de responsabilidade, nem na Junta de Freguesia, nem na Lusaenor. Que fique bem claro. Segundo ponto, foram postas questões tenho que as responder, Sr. Presidente lamento, mas não dá, as perguntas foram muitas. Segundo aspeto, eu perguntava ao Sr. Presidente da Mesa a sua opinião, se é que tem ou o seu know how nesta área, se existe algum impedimento legal que nos possa informar que uma pessoa que trabalha numa empresa, que trabalhe numa empresa, como é o meu caso, e que seja membro da Assembleia de Freguesia que é o meu caso, que o executivo da Junta, do qual eu sou a oposição, recorde do qual eu sou a oposição, tenha um contrato de prestação de serviços, queria a opinião do Sr. Presidente, se é que ma pode dar, e a seguir perguntar se tem conhecimento que nesta Junta, nesta Assembleia de Freguesia, seja da CDU, seja do PSD, do CDS, independente, do PS, há mais alguém que trabalhe numa empresa que preste ou venda serviços ou bens a Junta de Freguesia, (Comentário da Vogal do Executivo Paula Martins a referir o nome EDP) certo! e se precisar de se auxiliar dos serviços, a D. Margarida trabalha há mais de trinta anos na Junta de Freguesia...

**Presidente da Assembleia,** Sr. Luis Osorio, eu peço desculpa...

**Luís Osório, PSD,** eu estou-lhe a fazer perguntas, os assuntos são muito relevantes, foram feitas acusações graves, e por isso o Sr. Presidente não pode fingir...que vem aqui uma pessoa dizer o que quer e diz o que quiser.

**Presidente da Assembleia,** o Sr. está a divagar...

**Luís Osório,** não estou a divagar, estou a fazer perguntas e espero que me responda as perguntas que estou a fazer, e faço-lhe mais outra pergunta, se entrou algum requerimento na mesa desde que é Presidente da Mesa eleito, algum requerimento de algumas destas pessoas que está aqui, anunciando que trabalha numa empresa que presta serviços ou vende bens a Junta de Freguesia, anunciar esse impedimento, ou ainda mais, alguém que seja ou sócio ou a acionista de uma empresa que presta serviço a Junta de Freguesia. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia,** quero-lhe responder e respondo a tudo de uma só

vez, não sou jurista, não me pronuncio sobre o assunto.

**Casimiro Calisto, CDU.** Uma das coisas que eu habituei as pessoas com quem lidei sempre é não haver fait-divers, eu sou muito direto. A minha posição, em Lordelo é a mesma aqui nesta União de Freguesias. Há factos que se desconhecia, e há factos que nos vieram cair as mãos. Eu recordo, que foi de um levantamento das atas que nós ficamos a saber que havia o Sr. Luis Osorio, a ir as reuniões com o executivo para negociar contrato. Em relação ao que foi dito o Sr. Luis Osorio, efetivamente em dois mil e oito era da Assembleia, mas em dois mil e nove a dois mil e treze era do executivo. E mais, no estatuto dos eleitos locais, há algo que diz assim: no exercício das suas funções os eleitos locais estão vinculados no cumprimento do seguinte principio, e no dois diz assim; em matéria de persecução de interesse público não celebrar com a Autarquia qualquer contrato salvo a adesão.

Portanto, é só para dizer, que isto agora, o que era fundamental é as pessoas, penso que isto era até pedagógico, toda a gente interiorizasse isso, é que nós não estamos aqui para perseguir ninguém, nós estamos aqui, apenas, a levantar questões que nos parece, que nós achamos que não estão bem, e as pessoas tem tempo de emendar a mão, ao contrário do que está a fazer, quer seja num caso quer seja noutra, é a fuga em frente. Portanto em relação a CDU, a CDU tem a sua forma de trabalhar, tem a sua preocupação, tem os seus métodos, estuda e tenta levar as coisas por diante. E já agora Sr. Luis Osorio eu vou-lhe dizer isto com toda a franqueza, se eu soubesse que em Lordelo havia o chauffeur do Vereador da Câmara, que era membro da assembleia a receber dinheiro, como recebia por organizar as festas de Lordelo, essa coisa tinha vindo a "baila". Percebe, temos de ser e parece-lo e quando somos confrontados com certas realidades fica-nos bem assumir o erro, portanto, é só para dizer que não andamos aqui a perseguir ninguém, e mais, em relação ao que foi dito a Eng. Paula, desculpe não saber o seu título, é só para dizer que estava a falar "entre dentes", a EDP, eu trabalho na EDP, EDP Gás, que é uma empresa distribuidora, não vende gás a Massarelos, portanto não há conflitos de interesse, não insinue coisas que não tem nada a ver com isso. Disse.

**Presidente da Assembleia,** desculpe, agora não, porque não houve nada que, tem dois minutos por favor.

**Luís Osorio, PSD,** vai ser toda a noite assim, não sou eu que presido a mesa, portanto tudo bem. Voltaram a dizer coisas incorretas, certo em dois mil e nove, eu era membro do executivo, mas em dois mil e nove eu continuava a não trabalhar na Lusaenor, vamos lá ver se a gente se entende; segundo, eu posso trabalhar num grupo que é um grupo, quer dizer, eu posso trabalhar no grupo Aenor que trabalha em oitenta países do mundo e não posso e o Sr. Eng. trabalha no grupo EDP, não EDP Gás e portanto já não tem nada a ver, a EDP não tem nada a ver comigo, uns são sérios outros são diferentes. É totalmente diferente. Em relação aquilo que fui acusado aqui, podemos ir buscar, e a D. Margarida se tiver, peço-lhe que apresente aqui na próxima Assembleia, se o tiver o relatório que foi apresentado, à Assembleia de Freguesia de Lordelo, onde estava as contas todas das festas de Lordelo, onde vinha o pagamento através de recibo ao Sr. Marques, que há dez anos faz as festas de Lordelo e que o Sr. Eng. Calisto sabia

perfeitamente que era ele, mais fez um elogio as contas quando teve de o fazer; pronto, hoje estamos para o espetáculo e para o espetáculo vale tudo, mas para mim não vale, e portanto as contas foram apresentadas, e agora querem vir falar de Lordelo, tenho todo o tempo do mundo para falar de Lordelo, penso que nós já tivemos Assembleia de Freguesia de Lordelo e que em Lordelo tratamos das coisas de Lordelo, tenho a certeza, que ainda vão querer falar da Aenor e se quiserem eu volto a falar da Aenor e espero pela primeira vez na terceira intervenção acertem uma vez quando eu comecei a trabalhar na Aenor, além de eu não fazer nenhuns contratos em nome da Aenor. Fique bem claro.

**Presidente da Assembleia**, Sr. Perfeito, dois minutos e não mais, até porque o tempo que está estipulado, está a ser ultrapassado. Por favor não entrem em diálogo, senão sou obrigado a cortar a palavras aos dois.

**Perfeito Monteiro, CDU**. Rapidamente, para dizer apenas o seguinte: eu tinha muita coisa para dizer ao Sr. Luis Osório e espero que não me interrompa. O Sr. é de facto um bom contador de histórias, porque de facto eu queria a confirmação do executivo se o último contrato foi feito com a empresa, que eu até não sei dizer o nome, segundo o Sr. Luis Osorio, mal-intencionado, mas quem tem "rabos de palha" provavelmente diz tudo e mais alguma coisa. Sra Presidente, eu só lhe queria perguntar, se efectivamente este contrato foi ou não feito, pelo Dr. Luis Osorio, na Junta de Freguesia de Massarelos e Lordelo do Ouro, salvo erro, em um do oito de dois mil e catorze. Foi ou não feito por ele, e a pedido dele. E queria dizer mais uma coisa, Sr. Presidente, porque o Sr. não me dá tempo. Sr. Luis Osorio, sérios, não são aqueles que aprendem a ser sérios, são aqueles que são sérios, pela sua prática, isso é quem faz uma pessoa séria. Muito obrigada.

**Presidente da Assembleia**, como não há mais inscrições, Sra Presidente quer fazer o favor responder e defender a honra, se for o caso disso.  
(A Presidente do Executivo pede para que seja o tesoureiro Carlos Velez para fazer a intervenção.)

**Tesoureiro, Carlos Velez**, antes de ler o que tenho para ler, queria só perante todos, primeiro de tudo, pedir desculpa ao público, pelo que se está a passar aqui, onde se discute tudo, menos os problemas da Freguesia e penso que é para isso que estariam aqui presentes. Aqui no meio de todas as acusações que foram proferidas, na última Assembleia, e repetidas aqui algumas, tem havido particular enfoque o acidente do Vogal, João Moreira da Silva. Quero aqui informar que ainda não tenho conhecimento desse facto, que este caso está no Ministério Público, será tratado no Ministério Público e no fim das conclusões do Ministério Público, será dado conhecimento a esta Assembleia sobre essa questão, portanto tendo dito isto, não vale a pena estarmos aqui a trocar acusações e factos sobre um caso que está a ser tratado no Ministério Público, repito. Quero dizer em defesa da honra, que em defesa do bom nome e da honra do executivo da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, venho em meu nome e em nome de todos membros do presentes do executivo, que estão aqui presentes afirmar o nosso total repúdio, pela forma indigna, injuriosa e caluniosa com que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia se dirigiu a este executivo. Após a leitura do email divulgado pelo Sr. Presidente, ficou esta assembleia a saber que, o Sr.

Presidente em março do corrente ano, em mail dirigido a diversas pessoas, faz acusações graves, que terá de provar em local próprio sobre pena de sofrer as consequências legais, de quem por atos, palavras ou qualquer acção denegriu o bom nome de terceiros, sem ter motivos que o justifiquem. A postura do Sr. Presidente mostra-se indigna desta Assembleia que o elegeu, pois a comprovar-se a falsidade das suas acusações, revela uma postura de carácter pouco condizente, com o que se pretende e quem representa uma população. A serem verdade as acusações, passíveis de constituir crime, que o Sr. Presidente refere na sua missiva, deveria o mesmo ter dado conhecimento a todos os membros desta assembleia. Face ao teor das acusações aqui proferidas, tanto pelo Sr. Presidente da Mesa, como pelo Membro da Assembleia, António Cardoso, e a forma indigna como foram efectuadas num tom tão pouco compatível com a dignidade que os seus cargos exigem, não irei pronunciar-me especificamente sobre essas acusações, mas constatar apenas o seu ridículo. Se hoje em dia a situação financeira desta Junta de Freguesia caminha a passos largos com a sua total regularização, esse trabalho deve-se acima de tudo a Sofia Maia e aos executivos que a acompanharam no último e presente mandato, relembro quando Sofia Maia, assumiu posse no último mandato, as dívidas da freguesia de Massarelos aproximava-se de um milhão de euros, sendo actualmente pouco mais de cem mil, só com uma gestão séria, cuidada e dedicada, seria possível regularizar tamanho valor de dívida em apenas quatro anos e ainda assim aumentar os valores investidos nas causas sociais, como é disso exemplo e é conhecimento público, o aumento do fundo social de emergência em trinta por cento ocorrido neste exercício. Por todo o explanado resta-me constatar que as acusações sem fundamento aqui proferidas pelo Sr. Presidente e pelo Membro da Assembleia, António Cardoso, queria reafirmar que as mesmas serão esclarecidas em local próprio, por entidade idónea, e legitimada para o efeito. Peço que esta defesa da honra, seja junto a ata e peço cópia da ata para posterior uso nos locais próprios. Tenho dito.

**Presidente da Junta, Sofia Maia**, muito boa noite senhor Presidente da Assembleia de freguesia e respectivos secretários, muito boa noite senhores membros da assembleia, executivo, membros das associações e respectivo publico, antes de mais, eu quero agradecer ao convite do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, e dos membros, por me terem convidado a mim e ao meu executivo para virmos a esta Assembleia, muito obrigada pelo convite. Entretanto, quero prestar aqui umas declarações que também conforme o meu colega disse, quero que fiquem em ata, para em locais próprios, conforme sabe fomos acusados pelo Sr. Presidente pelo Sr. Membro da Assembleia na outra assembleia e inclusive também no Jornal de Noticias. Sr. Presidente da Assembleia, acusa este executivo de ter más contas, onde tem estado nas últimas reuniões de assembleia, pergunto eu; não sabe V. Exa que o atual executivo com o trabalho iniciado ainda no mandato anterior, por alguns membros que se mantiveram, conseguiu pagar desde dois mil e nove quase um milhão de euros; pagamos caso V. Exa não saiba e pergunto aonde esteve nas outras assembleias de freguesia, Caixa geral de Depósitos, Fundo Social Europeu, IVA, Caixa Geral de Aposentações, ADSE e fornecedores. Não sabe, que a extinta Freguesia de Massarelos chegou a ter cinco funcionárias, cujas aposentações eram pagas pela Autarquia, onde existia uma dívida muito elevada à CGA e vem-me acusar que não

tenho contas a moda do Porto. Sabe quantas aposentadas são pagas hoje pela Junta? Zero. Todos os antigos colaboradores da Autarquia viram publicadas em Diário da República as suas aposentações e tendo sido, isso um encargo que deixou de ser transferido, de estar na Junta, sabe porquê? Porque este executivo e o anterior executivo teve sempre boas contas e boas contas à moda do Porto. Sabe o Sr., já que vêem as contas todas, quanto é que nós poupamos por estas aposentações? Se não sabe eu digo-lhe, estou aqui para o esclarecer com muito gosto, cinco mil cento e quarenta e dois ponto sessenta e dois euros por mês. Mas deixe-me continuar, por favor; o Sr., sabe o que é ter a conta da Junta penhorada, o Sr. sabe o receio que nós tivemos em pagar salários, o Sr. sabe o que é dedicação de estarmos eu e aqui alguns membros presentes, vinte e quatro horas sobre alerta para fazermos o pagamento de entre muitos funcionários que estão aqui podem justificar; sabe o sacrifício que exigiu a mim, famílias e executivo; o que seria digno de um membro da assembleia de freguesia, o que seria digno de um Sr. membro da Assembleia de Freguesia era que questionasse de forma implacável, se quisesse sobre todos os assuntos e o executivo tem o dever de responder, mas deve responde-lo com urbanidade e respeito institucional, acho que devemos ponderar todos em face do que se tem sucedido da campanha difamatória que dois Membros desta Assembleia têm levado a cabo, o que é que tem acontecido. Mas deixe-me dizer-lhe mais, e agora falo para si Sr. António Cardoso, falaram aqui da contratação da publicação dos contratos públicos no site da base.gov, que esta Junta estaria a cumprir isto e aquilo; o Sr. sabe sob que os contratos na base.gov é obrigatória a publicação? O Sr. queixa-se de falta de informação, mas como pode existir falta de informação, o Sr. tem acesso as atas de executivo, que as pede forma religiosa; o Sr. tem acesso a documentos diversos que solicita ou pede para consultar, como pode dizer que tem falta de informação; deixe-me dizer-lhe duas coisas dos contratos, a primeira é que a Junta não é obrigada a publicar contratos cujo valor não exceda os cinco mil euros, o Sr. devia saber isso, já que anda sempre a pedir, a que lhe informe o que se passa para escreve cartas acusatórias contra a Junta para enviar ao Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto; a segunda, é que ainda que a Junta não seja obrigada, por orientação minha e do executivo foram publicadas as adjudicações no portal da base.com, não para que apenas o Sr. tenha conhecimento das contratações realizadas pela Junta, mas para que todos aqueles que tenham interesse, possam conhecer as contratações desta autarquia, com toda a clareza. Caros membros da assembleia, deixem-me dizer-lhes, a actividade política deve ser exercida com urbanidade e sagacidade, não querendo isso dizer, que cada um descure o papel e a responsabilidade que tem, os senhores devem fiscalizar o executivo e eu sou a primeira pessoa a ter interesse em colaborar com V. Exas, estou aqui para desempenhar convictamente esse papel de colaboração com a causa pública, mas exijo ao menos o respeito institucional, se a boa educação não for possível, ao menos o respeito institucional. Fico grata por reconhecer que a generalidade de V. Exas e grande maioria atua com esse respeito. Muito obrigada. Em relação a CDU que também me questionou e deixem-me ir aqui um pouco de acordo com o Sr. Membro Luis Osório, a própria CDU de Massarelos, não é a CDU que era de Massarelos, não sei o que se passou, mas deixe-me dizer-lhe que sinto saudades da CDU de Massarelos. Quero-lhe dizer coisa, sobre algo que referiu na última assembleia, a propósito de uma pergunta que dirigiu ao executivo, sobre gastos dos órgãos autárquicos, eu terei

todo o gosto em lhe responder, se a sua dúvida não ficou esclarecida, é uma obrigação do executivo. O que não podemos e o Sr. não tem culpa rigorosamente nenhuma é tornar uma relação institucional entre a assembleia através do Sr. Presidente e o executivo

numa conversa informal, de troca de emails para cá, para lá, em violações, por vezes das normas legais com considerações, não de V. Exo mas do Sr. Presidente que não são dignas do respeito institucional, não posso aceitar as desconsiderações para com o executivo ou para com os funcionários desta autarquia, que devo defender e é esse o meu papel e mais uma vez aqui publicamente peço esse respeito institucional, para com os colaboradores desta autarquia, porque nós estamos aqui para defender a Freguesia e não para andarmos com picardias. Assim, eu própria ligarei para percebermos e termos uma reunião e perceber o que se passou. Em relação as acusações, mais uma acusação que eu quero que fique e uma dúvida, em relação a Garrigues, quero realmente que ata conforme a me vai ceder, para tentar perceber e mais uma vez no local próprio, tentar perceber o que o Sr. Membro da Assembleia de Freguesia, António Cardoso, quis dizer entre a contratação de uma empresa de grande prestígio de advogados que se chama Garrigues e a minha pessoa, ou o meu executivo, não percebi, se me quiser esclarecer agradeço, porque realmente estar a por em causa advogados com grande mérito nesta Cidade, e não só, a nível nacional, e a minha pessoa, isso é muito, muito grave. Em relação ao membro da assembleia, Luis Osório, outra situação gravíssima, como é que me podem vir aqui dizer que foi a pedido dele que fiz um contrato, isso é grave, muito grave, e quem me conhece aqui nesta casa há muitos anos, sabe que isso era impossível, eu graças a Deus, tive uma educação fantástica e espero sempre honrar a educação que os meus pais me deram e essa aqui mais de que nunca é importante, porque eu tenho que honrar, não a minha casa, não os meus dinheiros mas os dinheiros públicos, são os vosso dinheiros e em relação a estar-me a dizer que fiz um favor ao Sr. Luis Osório, é muito grave. O Sr. Luis Osório por quem tenho todo o respeito, mas era incapaz de fazer um contrato, eu não trabalho por amigos. E em relação a proposta é assim: a proposta foi negociada pelo Sr. Luis Osório, e pelo que eu sei, sinceramente não sei a vida pessoal, nem profissional muito amiúde, desculpe, penso que será colaborador da empresa, confirma-se Sr. Luis Osório? Pronto e com certeza fará e existe comerciais, mas a proposta foi assinada pelo Sr. Administrador ou Diretor que se chama Eng. Cândido. Por isso foi essa pessoa que assinou a proposta, agora agradeço também o esclarecimento, se o Sr. Membro António Cardoso, o que é que quer dizer, ou então encontraremos em instância própria para não estarmos a maçar mais as pessoas, aqui com estas coisas e vamos passar a assuntos que tenham a ver com a Freguesia e com as pessoas. Obrigada.

**António Moutinho, RM,** foram ditas aqui acusações muito graves, pelo regimento são três minutos, foram feitas aqui acusações muito graves, em relação a minha pessoa, acho que alguém está a precisar de um aparelho auditivo, porque se ouvirem a ata da semana anterior, a gravação não disse nada daquilo que a Sra Presidente me acusa, não há motivos, e nem o Sr. Tesoureiro Carlos Velez. Em relação a este problema do Luis Osório, o código é o artigo 69 - causas e impedimentos, quando nele tem um interesse por si como representante, ou como gestor de negócios, mas leiam as atas, por favor, não se enterrem mais, é que

cada vez mais se enterram num pântano, leiam as atas. O Sr. Osório apresentou em dois mil e catorze, a proposta da Lusaenor e depois não há mais nenhuma referência da aprovação, e foi assinado um contrato de cerca de cinco mil euros por ano, e depois não se fez mais nada, portanto leiam as atas, as pessoas são responsáveis, tenham cuidado com aquilo que dizem e judicializar a política, discutir aquilo que não conseguem discutir nos tribunais, é muito caricato. Eu diria à Sra Presidente da Junta, seja menos egocêntrica, menos autoritária, menos arrogante e tenha despreendimento e humildade para corrigir os erros, estou a vontade, não me assusta, podemos ir para tribunal, não tenho medo, não tenham medo.

**Presidente da Junta, Sofia Maia**, eu também peço essas desculpas ao público, mas o que eu quero frisar aqui, é que o Sr. Membro da Assembleia de Freguesia, António Mourinho Cardoso, já pôs contra o executivo três processos no Ministério Público, por isso se houve alguém que começou pela parte judicial, não fui eu, nem o executivo, foi o Sr. Membro da Assembleia de Freguesia, processos esses, que alguns até já foram arquivados, sem fundamento. Obrigada.

**Presidente da Assembleia**, eu peço desculpa senão peço para se retirarem.

**Público, Sr. Nuno Cruz** - Que interesse você está a discutir para a Freguesia, nenhum, estamos aqui a lavar roupa suja. F\*\*\*-se

**Presidente da Assembleia**, antes de mais acho estranho este pedido de desculpa ao público estamos a tratar, e veio a baila, se não fosse de interesse para o público. Não é levianamente que um Presidente da Assembleia, um membro de um partido retira a confiança política, portanto há razões. Eu acho que para pedir desculpa é se tivéssemos efectivamente aqui a falar de atos que não têm o mínimo de importância, para a assembleia.

**Público**...tenta interromper a Assembleia com interpelações verbais

**Presidente da Assembleia**, desculpe Sr. Nuno, eu peço desculpa, Sr. Nuno Cruz eu peço desculpa senão tenho de pedir que saia.

**Publico**, Nuno Cruz o Sr. Pode pedir para sair.

**Publico**, o Sr. está a fazer para o lado que lhe interessa...

**Presidente da Assembleia**, meus senhores está suspensa a assembleia...

**Público** – Você está aí porque nós o colocamos aí. Devia ter vergonha.

**Presidente da Assembleia**, Sr. Nuno Cruz, por favor eu peço-lhe por favor e por aquilo que já nos conhecemos, eu peço desculpa o Sr. não dialoga comigo, se faz favor.

**Presidente da Assembleia**, meus senhores, eu peço desculpa mas vou continuar e portanto, aquilo que eu estava a dizer é que, eu acho que se deve

pedir desculpa ao público, quando se está a ofender o público, não acho correcto pedir desculpa ao público quando estamos a tentar olhar pelos interesses deles. E segundo, eu queria dizer ao executivo, que a leitura que fazem da minha tomada de posição, e pelo que veio aqui o Sr. Tesoureiro, defender e que a Sra Presidente veio defender, eu em caso algum disse aqui que havia desvios de dinheiro, que havia roubos, que havia..., eu quando digo contas a moda do Porto e se nós pertencemos a um movimento Rui Moreira e pegamos naquele programa e é aí que eu enquadro esta situação, contas a moda do Porto, são contas com transparência, em que toda a gente possa olhar e ver, e sabemos, e a Senhora tem a noção disso, do boicote, desculpe-me a expressão, que tem feito ao longo do tempo nesse aspecto, a Senhora Presidente, tem tentado sobrepor-se aos poderes do Presidente da Assembleia, eu lembro-lhe que na última sexta-feira, eu dei uma autorização, fiz um pedido a minha secretária, que é a minha secretária da Assembleia para me enviar uns documentos, passou o tempo e como não eram enviados, eu tornei a contactar a minha secretária, e a resposta que tenho não seguiu porque o executivo não autoriza. Isto é grave, é muito grave e depois a Sra Presidente veio ao telefone, porque eu disse que iria participar, veio ao telefone e lá deu ordem, mas as coisas não podem ser assim, portanto se quer, desculpe, se querem interpretar dessa maneira, interpretem, eu estarei cá para responder por aquilo porque continuo a dizer, que estou com a consciência tranquila, continuo a defender o movimento Rui Moreira, com "unhas e dentes" porque considero que é um movimento com que eu me identifico, pelos princípios. A Senhora fará a interpretação que quiser, só que há muitos dados que nos dizem que e daí a tomada posição que vem de há muito tempo. Tenho dito.

**Manuel Carvalho, PS**, eu também venho em defesa da honra. Eu não estive cá na semana passada, por razões de saúde. E vou-lhes dizer meus amigos, Sr. presidente membros do executivo, senhores deputados da Assembleia, publico em geral Eu estou triste, eu não percebo o que está aqui a acontecer, é uma falta de respeito para com todos nós, para com o público, estamos quase a duas horas a discutir nada, espremido não dá nada, porque é um conjunto de acusações aqui feitas pelo Sr. Presidente, o Sr. Presidente armou esta confusão e eu em nome da bancada do Partido Socialista sugeria ao Sr. Presidente, para reflectir um bocado sobre o que está a fazer, não tem condições nem para dirigir esta assembleia, nem as próximas com o devido respeito pessoal, que eu tenho pelo Sr. Presidente que tenho uma estima pessoal, que não tem nada haver porque estou aqui em nome do Partido Socialista, da bancada do Partido Socialista da União de Freguesias e o Sr. Presidente, eu só agora é que estive a ver ao bocado tive a ver com atenção, tem coisas gravíssimas, muito graves mesmo, isto é um caso de polícia de das duas uma, ou o Sr. Presidente prova, e não há nenhuma prova, isto é quase como dizer de outros casos que a gente conhece, aquele fulano faz isto ou faz aquilo e não esperava nada e alguns colegas da assembleia ajudam um bocado porque isto dá jeito, quanto mais melhor, porque do que dizia ao bocado a Sra Presidente, e bem, que dos assuntos da Freguesia que nos preocupam a todos, vai haver despejos em Lordelo brevemente, há problemas graves na Freguesia e não se está a discutir nada disso. O público tem razão, o Sr. Presidente ao bocado quase que anulava a Assembleia abusivamente, porque nem perguntou a nós, Deputados, se estamos de acordo com isso, o Sr. Presidente já estava a decidir, que vou já suspender a assembleia, não pode, não tem esse direito. A

assembleia tem que decidir, o Senhor Presidente é um elemento é o órgão máximo.

**Presidente da Assembleia** desculpe mas posso e olhe o seu tempo.

**Manuel Carvalho, PS**, não não, eu não falei nenhuma vez e o Sr. Presidente vai-me deixar falar, eu estou em defesa da minha honra e do meu partido. Eu vou falar até ao fim, e vou-lhe dizer uma coisa, o que está aqui é gravíssimo, eu espero que esta assembleia delibere no sentido que isto não se venha a repetir, o Sr. Presidente e o Sr. António Cardoso, também tenho estima pessoal, que levem isto para os tribunais, para onde quiserem, para o Ministério Público, mas por favor ter outra assembleia a seguir a discutir o sexo dos anjos, que isto não leva a nada, é tão grave dizer aqui, o Sr. Presidente devia ter dito quem é o vogal ou vogais, o Sr. Presidente podia ter dito aonde é que a Sra Presidente da Junta e o executivo andou a desviar dinheiro daqui, isto é grave. Eu se estivesse no lugar da Sra Presidente ou do Tesoureiro metia já um processo crime contra o Sr. Presidente ou tem de provar, e quero dizer a Sra Presidente, ao Sr. Tesoureiro e ao executivo em geral que o Partido Socialista e assumo aquilo que digo aqui, que estamos de corpo e de alma convosco, não acreditamos nisto, pode haver erros, pode haver falhas, os senhores não são perfeitos, eu também não, o Sr. Perfeito é aquele Senhor, que não comete erros nenhuns, pode haver falhas, pode haver erros, pode haver como qualquer um de nós tem na sua vida particular, nós cometemos alguns erros, mas acreditamos sinceramente que podem ter no apoio total e absoluto do Partido Socialista, a bancada do Partido Socialista nesta assembleia de freguesia e dizer-lhes mais, esta situação tem de parar, os Senhores sabem que o Sr. Presidente também é da vossa bancada e não pode continuar nesta guerra entre instituições, entre o executivo e o Sr. Presidente da Assembleia, portanto a partir de aqui o importante é resolver e falar dos problemas da freguesia, independentemente dos Senhores continuarem com este processo, porque aqui nós não vamos resolver coisa nenhuma, aliás só não se resolvem os problemas da freguesia.

**Presidente da Assembleia**, eu tenho aqui um requerimento entregue pelo Bloco de Esquerda: estando esgotado o tema do ponto um e para evitar a repetição de diálogos lamentáveis da última semana, solicito a passagem imediata ao ponto numero dois. Bloco Esquerda, José Reis.

Vou colocar a votação, tem razão um requerimento é para ser votado, não é discutido, uma moção é que é discutida. Tem razão, peço desculpa.

Foi colocada a votação o requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda:

Favor – 3 (1 BE; 1 PS; 1 RM)

Abstenções - 15 (3 PSD; 2 CDU; 3 PS; 7 RM)

**Presidente da Assembleia**, está encerrado o ponto número um, vamos dar entrada ao ponto numero dois - Autorização de celebração de contrato inter-administrativo de delegação de competências, no âmbito do funcionamento do Espaço Cidadão.

**Tesoureiro, Carlos Velez**, relativamente à questão do espaço cidadão, se alguma coisa boas resultou da assembleia ter sido interrompida e ter de ser continuada hoje, é qua a data da última assembleia ainda não disponhamos da proposta da Câmara Municipal do Porto, para a celebração do contrato e hoje ela já existe, portanto além de discutir neste momento a assembleia já poderá deliberar sobre a assinatura ou não deste protocolo. Penso que já todos estarão mais ou menos informados, que existe um protocolo entre a AMA e a Câmara Municipal do Porto, para instalar estes espaços nas várias freguesias da cidade. A AMA no fundo, no protocolo estabelecido com a Câmara Municipal do Porto, responsabiliza-se na entrega do material informático nos locais dos espaços e pela formação aos funcionários que lá prestarão serviço. A Câmara por sua vez, reuniu com as juntas de freguesia, e tem neste momento uma proposta de protocolo, que visa a instalar estes espaços em todas as freguesias. Eu vou falar de uma forma mais resumida, para não estar a maçar muito, e depois irei tentar responder as questões que forem colocadas. De uma forma resumida, e que toda a gente compreenda facilmente, o que é proposto aqui, é um espaço de atendimento ao cidadão aonde seja utilizados alguns serviços públicos, não só da Câmara Municipal do Porto mas também dos serviços centrais do estado, que normalmente são de utilização de lojas de cidadão ou noutros espaços muito concorridos. Isto permitirá que os fregueses de Lordelo do Ouro e Massarelos, possam tratar alguns assuntos mais rapidamente nestes espaços. A proposta de protocolo, que foi enviada aos Srs Membros da Assembleia, no fundo é uma proposta pequena, deixa ao critério da Junta, depois o estabelecimento de algumas questões que eu penso que me vão aqui colocar mas que será acto de deliberação posterior. O que eu posso já adiantar, questões como por exemplo o horário de funcionamento e mais algumas questões, não está predefinido, a Câmara Municipal do Porto deixa toda essa gestão ao critério da junta de freguesia e serão assumidos apenas definidos os critérios que estão na proposta de contrato, basicamente dizem que a AMA fornece o material e a formação e que a Câmara Municipal do Porto cede a sua posição contratual, no sentido das verbas que caberiam à Câmara Municipal do Porto, ficam para a Junta de Freguesia. Tenho já a informar, que estas verbas são um fait-divers porque a parte que caberia a Câmara vai caber a Junta, são sessenta e cinco por cento de dez por cento do valor cobrado, quer dizer o quê. Se um determinado serviço, vou dar um exemplo, mais requisitado nestes espaços noutros locais, que é a renovação da carta de condução tem um custo de trinta euros, desses trinta euros, dez por cento ficam para dividir entre a Câmara Municipal do Porto e a AMA, desses dez por cento, sessenta e cinco por cento são para a Câmara Municipal do Porto e por via deste protocolo cede a junta. Em termos práticos isto reduz-se a um euro noventa e cinco, em números concretos. Como estão a ver é um valor muito reduzido, e este será provavelmente o custo mais elevado pelos serviços prestados. A maioria dos serviços não tem custos, nos serviços prestados existem duas tabelas, uma de serviços prestados pela Câmara que já são prestados pela Câmara Municipal do Porto e que passarão a ser disponibilizados nestes espaços, de todos estes serviços disponibilizados pela Câmara, apenas dois serão cobrados, porque já são cobrados pela Câmara Municipal do Porto; um custa três euros e sessenta um e o outro é impressão de cópias como é normal em qualquer serviço, se for pedida a impressão de um documento, custa vinte cêntimos, se for a preto e branco e dois euros e vinte conforme está no regulamento de taxas da Câmara

Municipal do Porto. Os outros serviços de carácter nacional estão previstos na tabela anexa ao protocolo entre a Câmara Municipal do Porto e a AMA, serão alvo do pagamento que é comum, que é pago em qualquer lado a maioria deste serviço são gratuitos, aqueles como a renovação da carta de condução tem um custo de trinta euros, se for a loja do cidadão, neste espaço será exatamente o mesmo. Para a implementação deste local a União de Freguesias está a considerar utilizar o espaço de Diogo Botelho, aquele espaço onde ocorreu o incêndio e afetará caso este protocolo seja assinado, funcionárias da junta para prestar este serviço. Para já penso que mais ou menos está esclarecido e a lista é extensa não vou estar aqui e depois será consultada por todos, quero só dizer, que para além dos serviços que já estão nesta lista, está previsto que estejam disponíveis neste espaço, para além destes serviços tivemos a indicação de que a AMA já está a negociar novas parcerias com outras entidades públicas e ficará ao critério da Junta à posteriori decidir ou não por optar por incluir esses serviços nesses espaços a disponibilizar aos fregueses.

**Casimiro Calisto, CDU,** eu mais uma vez manifesto a minha perplexidade pelo que se passa aqui nesta assembleia. Se a assembleia da semana passada tinha corrido bem, este ponto nem sequer era abordado, porque nem havia protocolo e o que nos foi apresentado era o contrato genérico entre a AMA e Câmara Municipal do Porto. O protocolo que nos fizeram chegar e posso mostrar-vos, nem diz que é entre a junta de freguesia, nem que é entre a Câmara é uma minuta, não tem cá nada escrito. Acreditamos na bondade do que o Tesoureiro, Carlos Velez nos está a dizer, a aquelas situações de cobrança de valores simbólicos e há algo que eu tenho e não é por acaso que associação nacional de municípios é contra isto porque são as autarquias que dispõem os meios, nós na tal revisão orçamental vamos receber trezentos euros da camara e isto insere-se em algo mais vasto, em algo mais vasto toda a gente percebe. Estão-se a acabar com serviços públicos, e depois há esta formação para a letracia digital, é este o termo que aqui está no protocolo da AMA. Portanto não é por acaso que com alguma frequência vêm estudos a dizer que nós cada vez estamos mais encostados ao litoral, que o interior está a perder-se e julgo que toda esta estratégia de acabar com os serviços públicos. E reparem, nós aqui, na cidade, temos uma loja do cidadão. A Câmara, em dois mil e treze aprovou uma proposta em que perante a retirada dos serviços da loja do cidadão, defendia exactamente que deviam que se voltasse lá a colocar-se os serviços e a Câmara aprovou essa tal recomendação por unanimidade, para que houvesse uma segunda loja do cidadão. Este espaço do cidadão, se calhar faz algum sentido, em zonas que não tem ao fim e ao cabo a oferta que nós temos aqui na cidade, e posso vos dizer que há muito poucas entidades que não tenham balcões próprios ou serviços nas lojas de cidadão.

Eu penso que é mais um assunto à CTT, em que as juntas estão a perder dinheiro para prestar um serviço a alguém que vai usando conforme quer. Toda a gente sabe, isso é factual que os CTT tem pior serviço, e estão a drenar dinheiros públicos. Isto vai ser igual, isto vai ser transferir funcionários para prestar serviço e qualquer dia a uma redundância de serviços, fecha de um lado e acho que a lógica é esta e lamento profundamente que Lordelo seja cerceado de um espaço onde de vez em quando podíamos ir lá reunir, porque esta rotatividade que nós aprovamos aqui, nós aprovamos aqui e o Sr. Presidente foi tantas vezes compreensivo para reunir aqui e reunir lá, e pronto, estamos nisto. E só para

rematar, eu à bocado votei da forma que votei o requerimento, porque obviamente lavar roupa suja não me interessa e eu até estava a pensar que aqui se ia aprovar para que estas acusações ou esta tomada de posição fosse conduzida por todos, todos apoiassem, fosse conduzida para investigação. Mas Sra Presidente registo o que a Sra disse, que nos ia esclarecer tudo nós aqui apontamos, foram exactamente estas minhas palavras na última assembleia de quinze de setembro que mereceu o vosso desprezo. Portanto registo.

**Mário Praça, RM,** ao Sr. Deputado Eng. Calisto, eu acho que tudo o que seja a aproximar serviços da população, lhes possa facilitar, eu acho que é bom para todos, e eu ouviu sempre aqui a defender a posição dos correios, da proximidade e sem levar a pensar o custo que isto possa ter para uma autarquia e nos outros serviços, por isso se estes serviços, e isto pode ser considerado em tempo experimental for com a proximidade, e prestar um bom serviço a população, então venham eles, se depois funcionarão ou não, aí temos de testar e provar. Foram muitas as pessoas que foram contra as lojas do cidadão, que não foram feitas na altura pelo partido que eu represento, mas elas foram efetivas e de alguma forma melhoraram alguns serviços.

**José Reis, BE,** eu só queria dizer sobre esta matéria, que nos temos um sentimento ambivalente, isto é, do ponto de vista de benefício para as populações é inequívoco, que este tipo de serviços trás grandes benefícios. Também é verdade que as novas formas de relacionamento para a função pública, sobretudo através dos portais informáticos permitem a descentralização deste tipos de serviços para locais muito mais pequenos, que são as lojas do cidadão, também é verdade, que as lojas do cidadão que por políticas erradas não são aquilo que deviam ser, não faz sentido nenhum chegar a loja do cidadão e tirar um ticket para a segurança social e esperar cinco horas, quer dizer que na verdade as lojas do cidadão foram sucessivamente enfraquecidas e desvirtuadas nas suas funções e portanto este tipo de serviços tem toda a vantagem para a população e desse ponto de vista nós congratulamos e de resto este tipo de serviço já vem muito de detrás e em todos os processos de modernização administrativa e portanto é positivo. É evidente, que também aqui um aspecto, mais político, macro político, que merece a nossa discordância é uma política sistemática de transferência de competências para as Autarquias e o estado central e já todos temos essa experiência que não transfere os recursos necessários para que as autarquias façam isso com qualidade e como as autarquias por tradição no País todo, normalmente naquilo que se metem cumprem e portanto executam os serviços com qualidade, é evidente que vai sair do orçamento da autarquia, o esforço para manter o serviço de qualidade e por isso nós temos de estar conscientes é de alguma maneira um presente envenenado, temos de ver que quando o governo nos dá isso, um presente envenenado, no sentido que nos dá uma mais-valia para a população mas depois o briga-nos a ter recursos superiores. Tirando esta questão, em boa verdade a nossa posição é de abstenção, uma vez que reconhecemos os benefícios embora entendemos que aqui, da parte do Estado Central, não uma situação de completa seriedade.

**Casimiro Calisto, CDU,** era só para registar, a nossa posição, que penso que toda a gente percebe. Obviamente que quanto mais perto tiver certos serviços

junto das populações melhor, isso não há dúvida, agora o que nós temos é a experiência do que se vem praticando e registo esta defesa da proximidade, caso de defesa dum serviço público, acho interessante que haja, e comungamos também da análise do colega do Bloco de Esquerda, em que diz exatamente isso, o que vamos com certeza confrontar-nos é com a autarquia a ter uma sangria de recursos, para serviços que deviam ser assegurados pelo Estado Central.

**Presidente da Assembleia**, vou por a votação o ponto dois.

Autorização de celebração de contrato inter-administrativo de delegação de competências no âmbito do funcionamento do Espaço Cidadão:

Favor – 12 (8 RM; 4 PS)

Abstenções – 4 (3 PSD; 1 BE)

Contra – 2 (CDU)

**Secretária da Junta, Mímosa Pinho**, pressupondo que vocês receberam o Boletim Informativo do 3º trimestre, discrimina um conjunto de atividades que fizemos e também, nomeadamente os serviços que prestamos, e no âmbito dos projetos que nós desenvolvemos na freguesia, e nesse sentido estamos recetivos a qualquer questão que queiram colocar. Obrigada e boa noite.

**Casimiro Calisto, CDU**. Eu presumo, que seja por esquecimento, porque é habitual nas assembleias, é algo que deve ser com cinco dias de antecedência, que é a situação financeira da freguesia.

**Presidente da Assembleia**, embora seja tarde, para fazer uma análise mas acho que se deve distribuir, que as pessoas fiquem cientes daquilo. Alguém quer fazer alguma questão sobre este ponto? Ninguém quer questionar.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na integra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Nota. fica em anexo a esta ata três (3) documentos .

- E-mail "Eduardo Vasques de Carvalho (DOC 1)
- Defesa da honra apresentado tesoureiro junta (DOC 2)
- Defesa da honra apresentado vogal de junta, João Moreira da Silva (DOC 3)

